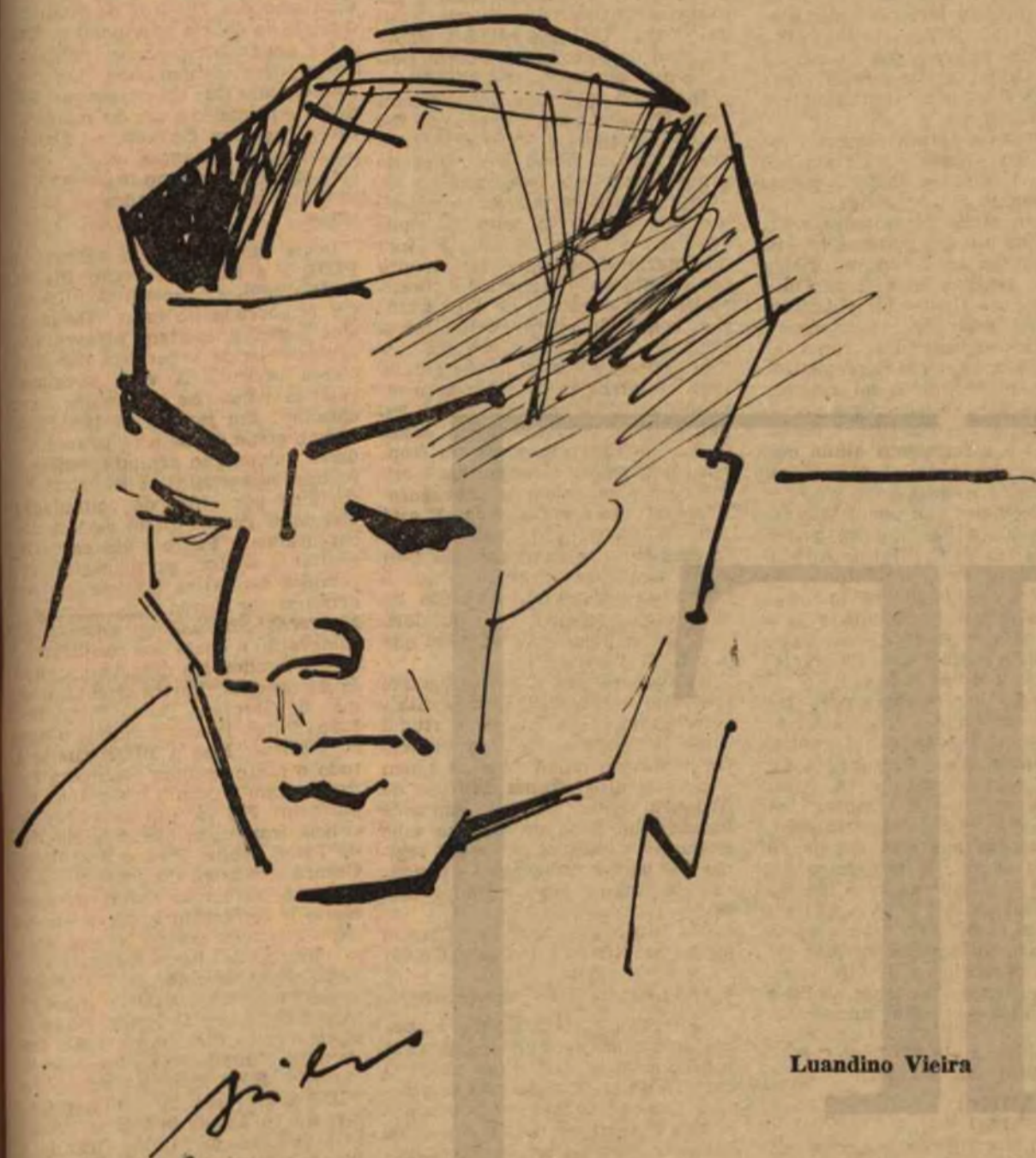


PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 96 — SÃO PAULO, JULHODE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

Protestos Contra o Terror Cultural



Luandino Vieira

LISBOA (Do Correspondente) — O gesto do governo fascista de Lisboa dissolvendo a Sociedade Portuguesa de Escritores causou a mais viva indignação em todo o mundo. Embora os processos de terrorismo cultural do salazarismo fossem conhecidos, a brutalidade com que agiram na emergência as autoridades excedeu tudo o que se podia imaginar no estrangeiro. Os grandes jornais de Paris, Londres e Nova York, inclusive órgãos tradicionalmente conservadores, dedicaram largo espaço ao noticiário sobre o assunto, tendo muitos deles chamado a atenção para o fato de José Mateus Graça haver já recebido numerosos prémios literários e alguns concedidos por entidades angolanas sem que até então o governo português tomasse conhecimento do fato. Essa circunstância só por si — até porque o pseudónimo de Luandino Vieira também não é novo — mostra que o fascismo se serviu apenas de um pretexto para se desembaraçar da Sociedade de Escritores dentro da campanha de terror cultural que vem sistematicamente desenvolvendo.

Em Lisboa, a prepotência salazarista gerou uma onda de revolta não só entre os escritores como nos meios universitários e entre a população em geral.

A prisão dos escritores Manuel da Fonseca, Pinheiro Torres e Augusto Abelaira, responsabilizados pela PIDE pela outorga do prémio a Luandino Vieira, determinou já um movimento de solidariedade que atravessou as fronteiras. Por outro lado, a quase totalidade dos intelectuais portugueses recebeu com o merecido desprezo as atitudes de covardia de três ou quatro escritores que, em vez de protestarem contra os vandalismos governamentais, se consideraram no dever de vir a público significar o seu desacordo em relação à decisão do júri que atribuiu o prémio a Luandino Vieira. Estão nesse caso os srs. Luis Forjaz Trigueiros, tra-

dicionalmente invertebrado e oportunista, e Joaquim Paço de Arco. O último levou a sua baixa ao ponto de poucos dias após a dissolução pela força da Sociedade de Escritores, publicar uma "plaquette" sobre o assunto que representa um inegável serviço prestado ao fascismo e um consequente desserviço à cultura ameaçada por Salazar e pelos seus esbirros da PIDE.

Protesto de Ruy Gomes

Logo que tomaram conhecimento da dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores, os profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado enviaram ao diretor da revista democrática "Seara Nova" o seguinte telegrama: "Saúdamos Sociedade Portuguesa de Escritores desassombro concessão prémio novela Luanda. Protestamos encerramento Sociedade. Toda solidariedade escrito, res portugueses movimento libertação de José Mateus Graça."

Declaração de intelectuais emigrados

No Brasil, intelectuais portugueses emigrados tornaram público o seu protesto contra a extinção da Sociedade de Escritores enviando à imprensa o comunicado que abaixo reproduzimos:

"Os abaixo-assinados, escritores portugueses exilados no Brasil, vêm a público protestar veementemente contra a extinção da Sociedade (Cont. na pag 4)

Segundo as últimas notícias recebidas de Portugal, a grande campanha pró-amnistia geral aos presos políticos empolga neste momento o País, de Norte a Sul.

O povo sente que, lutando pelas vítimas do terror policial, luta pela sua própria causa.

O facto de a amnistia surgir como um catalizador de energias e vontades e de chamar vastas camadas da população a uma participação dia a dia mais activa, na luta contra o fascismo, alarma muito mais o aparelho policial do regime do que os planos com que certos partidários da "acção directa" pretendem resolver o problema do derrubamento de Salazar. Tais temores são inteiramente justificados. Sendo o ascenso das lutas populares o fator determinante do avanço do processo político, essa impressionante mobilização de esforços a que se assiste em vista de um objectivo comum não pode deixar de criar as condições mais favoráveis a acções de massas subsequentes, elevando o combate do povo português a uma fase superior.

A unidade, temo-lo repetido inumeras vezes, seja-se na acção. O que está ocorrendo com a campanha pró-amnistia geral confirma-o uma vez mais. A simples leitura do manifesto-apêlo remetido ao almirante Tomás e que publicamos em nossa última edição vale por uma prova do que afirmamos. Assinam esse documento personalidades anti-fascistas representativas de todas as correntes do pensamento democrático. Todos esses homens — sejam eles liberais como Cunha Leal, católicos como Lino Neto, socialistas como Arlindo Vicente, ou escritores ou cientistas voltados para o progresso como Ferreira de Castro e o prof. Gaspar Teixeira — todos eles pu-

seram de lado aquilo em que divergem para se apresentarem unidos ante os carrascos do povo português. Daí a força imensa do Apêlo pró-Amnistia e o pânico — é o termo — que ele gerou nas hostes fascistas. Os signatários, ao exigirem a abertura das portas dos presídios fascistas, proclamam alto que o seu acôrdo é completo em relação a uma série de pontos. Um ideal, lembram, não é um delito. A consciência e o pensamento não são crimes. E, depois de salientarem que "aqueles que são capazes de lutar por um ideal são sempre a elite de um país", chegam à conclusão óbvia de que pelas prisões do fascismo têm passado as figuras mais destacadas do pensamento português. Particularizam: católicos, ateus, monárquicos, republicanos, democratas, socialistas e comunistas vêm sendo vítimas do seu amor à liberdade, da mesma forma que o são escritores, sacerdotes, poetas, médicos, militares, economistas, historiadores, sociólogos, advogados, engenheiros. E, se atendermos a que esses representantes da INTELLIGENTSIA constituem uma percentagem ínfima comparados com os operários, os camponeses, os pescadores presos e condenados por motivos políticos, teremos a dimensão da tragédia vivida pelo povo português que neste momento suscita a justa indignação dos que se mobilizam ao serviço da Amnistia.

Prestando homenagem à coragem e à tenacidade de todos os participantes da grande campanha nacional, fica-nos a certeza de que ela representa uma contribuição inestimável para a libertação dos patriotas encarcerados nos presídios salazaristas e constitui uma lição admirável de unidade — entendida como instrumento de acção — a apontar a todos os democratas portugueses o caminho correto na luta pelo derrubamento do fascismo.

Avante, pela AMNISTIA!
PORTUGAL
DEMOCRATICO

AMNISTIA

E

UNIDADE

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"RECORDANDO OS TEMPOS DO FASCISMO"

"Um dia destes, precisamente a 21 de maio o governo português dava ao mundo a linda notícia de que acabava de "dissolver" a Sociedade de Escritores Portugueses. Imagina-se o que pode ser tal dissolução; apenas a proibição dos escritores portugueses de se reunirem na sede da entidade que levava aquele nome. Pois que havia a associação incorrido em crime grave para o governo fascista do sr. Salazar: outorgara um prêmio de 50 mil escudos ao autor do romance "Luanda", que se apresentara sob o nome de Luandino Vieira. Este nada mais era do que José Vieira Mateus de Graça, branco natural de Angola e que cumpre, como presidiário, na Colônia Penal de Cabo Verde, a pena de 14 anos de prisão a que foi condenado em 1963. Para lavar a testada, ou talvez porque seja assim mesmo, a Sociedade dos Escritores Portugueses em comunicado divulgado após a reação governamental fez saber que ignorava a identidade de Luandino Vieira, pois se apegara apenas ao valor literário do romance "Luanda". E Luandino já foi premiado várias vezes, depois de preso.

Mas, o "teje dissolvido", da PIDE, já fôra pronunciado. Seguirá um comunicado do Ministério de Educação Nacional, em que o ministro Galvão Teles deu as grandes razões da "dissolução", mas embora não houvesse detenções, imediatamente, elas se processaram logo depois.

Cabe conhecer os dados dessa história em suas seqüências. Revoltado com a atitude desgraçada do Juri da Sociedade dos Escritores Portugueses um grupo de patriotas (na Itália de Mussolini essas expedições eram confiadas aos "fasci de combattimento"), invadiu a sede da Sociedade e rebentou tudo, móveis, máquinas de escrever, arquivos, e pintou nas paredes a palavra "traidores", e ainda "Agência terrorista em nosso território metropolitano", "Secção da MA-PLA" e quejandos (a MAPLA é o Movimento Popular pela Libertação de Angola).

Não vi até agora nenhuma das nossas sociedades de escritores protestar contra tais brutalidades. A Sociedade dos Escritores Portugueses nasceu dos esforços e do idealismo de dois escritores portugueses muito considerados no Brasil, que são Aquilino Ribeiro e Jaime Cortezão — a este último nos ligados nos tempos da segunda guerra até uma certa amizade pessoal, além da admiração que tínhamos por ele, como grande figura intelectual de português e amigo do Brasil.

E há o Juri, que anda sendo interrogado e de que já foram presos três elementos. Tal Juri se compunha de figuras como Gaspar Simões, Fernando Botelho, Augusto Abelaira, Pinheiro Torres e Manuel da Fonseca. Informa-se que apenas os dois primeiros não estão presos.

Isto quer dizer que depois de "dissolver" a Sociedade, depois de mandar seus mercenários empastelar a sede da entidade, e depois de chamar oficialmente de traidores os escritores que julgaram uma obra literária, apenas pelos seus méritos, o governo do sr. Salazar pretende, com a prisão, intimidar aqueles homens que apenas estavam cuidando de verificar as qualidades de um romance... O exemplo deve servir para quantos intelectuais se puseram, de futuro, a examinar uma obra literária, já que mesmo "sem considerações políticas", essa história de ler romances para julgá-los pode dar galho e fazer entrar para uma vilglatra à sombra os que se atrevam a outorgar prêmio sem penetrar antes nos segredos dos pseudônimos.

A permanência do fascismo recorda os tempos do fascismo. Não apenas o empastelamento da sede dos "traidores", como foram cognominados escritores portugueses bem conhecidos e admirados no Brasil, mas também a tentativa de afogar a inteligência portuguesa. Não falemos desse renegado Luandino que pelo nome não se salva, e a quem a imprensa "sob censura" já chamou de subversivo, terrorista, canibal, etc., mas de um nome glorioso como o de Salvador de Madariaga, Transcorria o ano de 1937, e em Genebra se reuniram para conversar sobre o "destino proxi-

mo das letras", intelectuais representantes da Sociedade das Nações (Comitê de Cooperação Intelectual). Um dos delegados, italiano e fascista, declarou que essas questões de censura e de liberdade de opinião somente interessava aos jornalistas e aos homens de letras, uma pequena parte do corpo social. O resto nada sofria...

Foi quando Madariaga tomou a palavra para colocar diante do colega fascista a seguinte imagem: admitindo que apenas os intelectuais sejam vitimas da censura e da falta de liberdade de opinião, eu representaria, no corpo social, os intelectuais, como a cabeça mesmo dessa coletividade, uma cabeça física; imaginemos agora que a censura é um tanque cheio d'água, e que o governo coloca a cabeça do corpo social dentro d'água — somente uma pequena parte daquele corpo ficará molhada, mas ele morrerá afogado.

É isto o que quer o governo português do sr. Salazar. Trata-se de matar a inteligência portuguesa. Não se pode imaginar que os portugueses sobrevivam à prova, porque o merceeiro continua vendendo seu azeite, o funcionário comparecendo à hora do ponto, os operários presos à rotina dos maquinários, os lavradores derramando seu suor d'água, e a polícia enchendo as prisões de "traidores". Essa mesmice, esse "modo funcionário de viver" de que falava Alexandre O'Neil, é o que serve à ditadura — escritores que se metem a julgar romances que podem ser obras primas, mas saírem das mãos e da cabeça de quem está no Tarrafal, em Cabo Verde, gramando as delícias da reclusão, esses não servem.

Entretanto, cá estamos com o nosso silêncio, um silêncio brasileiro, que ignora ou finge ignorar o que se publica na imprensa, em comunicados oficiais. No marasmo e na indiferença deixamos que se feche, sem qualquer protesto, a Sociedade dos Escritores Portugueses, como se ali não estivesse a inteligência de Portugal, que querem ver afogada e sufocada, silenciada e amordaçada. Estavam eles, neste maio, a ler, descuidados, em sossego, nesse doce engano d'alma, que a fortuna não deixa durar muito. E bateram à porta os esbirros: "teje dissolvido!", e logo depois o bando de delinquentes dos patriotas — como engulha tudo isto, neste ano de 1965!" (Geraldo Ferraz, in "TRIBUNA", Santos, 27.5-65)

"MONSTRUOSO CRIME CONTRA A INTELIGENCIA"

(...) "No momento uma onda violenta de indignação agita Portugal inteiro. Este surto de indignação e de revolta deriva do facto do salazarismo ter dissolvido a Associação Portuguesa de Escritores. Foi mesmo mais longe. Além da dissolução mandou uma dezena de lacaios seus assaltar a sede da Associação, onde reduziram a pedaços todo o mobiliário, ornamentos artísticos do maior valor, portas, etc. Numerosíssimos documentos que ali abundavam, e que só à cultura nacional interessavam, foram também inutilizados.

O pretexto para tão brutal e criminosa violência foi o Estado Novo buscá-la ao facto de um juri, pela Associação nomeado, ter premiado um livro de Luandino Vieira. Este escritor, por motivos políticos encontra-se a cumprir pena em Luanda. Apesar de no processo não constar de onde tal se possa concluir o salazarismo proclamou-o agora de terrorista.

Mas o problema é bem outro. O problema resulta do facto de todos os grandes e melhores valores da intelectualidade portuguesa serem homens do seu tempo, pelo que não vão nas águas de Salazar.

No domínio das letras, das ciências e das artes os elementos que marcam e ocupam lugar de mais notável e merecido relevo estão, como estiveram sempre em franca e aberta discordância com o Estado Novo.

Não há dúvida. Os principiantes como os escritores de mais indiscutível valor e cujas obras conquistaram lugar de maior apreço e consideração, como os professores, os pintores, homens de ciência, etc., que pelo seu talento mais lustre e honra dão ao País são anti-fascistas. A dissolução da Associação Portuguesa de Escritores foi uma explosão de ódio contra a inteligência nacional. Como se explosões desta

ou de qualquer outra natureza pudessem acalmar, destruir ou apagar o talento e o génio dos portugueses que realmente talento e génio têm e que não se submetem ao arbitrio do ditador.

O prêmio concedido foi um pretexto, tão frágil como grosseiro que deixou ainda mais claramente à vista os verdadeiros intentos de Salazar, que se traduzem no seu ódio a uma inteligência, que o não aplaude.

O júri que concedeu o prêmio de novelística podia mesmo ignorar a situação e as idéias políticas do autor já que apenas lhe competia avaliar da obra, e mais nada. Mas temos mais. Como se compreende que só agora o salazarismo tanto se indignasse e tomasse pelo escabroso caminho de dissolver a Associação Portuguesa de Escritores, se ao livro pelo juri desta Associação premiado, já haviam sido atribuídos três prêmios por organismos criados e mantidos pelo Estado Novo para o servirem, como ainda servem?

Os prêmios foram mesmo entregues ao autor a través de largo noticiário vindo a público na Imprensa angolana.

Podemos ainda acrescentar e informar que um dos prêmios foi entregue ao escritor Luandino Vieira pelo sr. Augusto Pita Grás Dias, presidente da Comissão Administrativa da Anangola. Para prova ainda mais expressiva de como apresentam uma verdadeira mistificação as razões que o salazarismo apresenta para dissolver a Associação Portuguesa de Escritores, acrescentemos e informemos ainda que um outro dos prêmios atribuídos, por organismos do Estado Novo, a Luandino Vieira, foi por este recebido das mãos do administrador do Lo Bairro da Capital de Angola na qualidade de representante do governador do distrito de Luanda. Esclareça-se que nessa altura já o escritor se encontrava, como hoje, a cumprir a pena a que foi condenado, por motivos políticos.

Mais não é necessário para ter de se concluir que o acto de selvática violência levado a cabo contra a Associação dos Escritores foi obra do salazarismo, no vão propósito de esmagar e afrontar os grandes valores da intelectualidade portuguesa que estão contra o ditador, pelo que nunca desceram a prestar-lhe homenagens, honras ou aplausos. No entanto os tão repugnantes como odiosos processos usados pelo salazarismo mais o cobrem de oprobrios e de vituperios ao mesmo tempo que mais ainda o desacreditam por esse mundo fora". (...)

(Alvaro Ce'lorico, in "O Luso-Canadiano", Montreal, 4.6-65).

NOSSO AMIGO. O ASSASSINO

"O crime perpetrado contra o general Humberto Delgado e sua secretária, cujos corpos horrivelmente mutilados foram encontrados nos arredores de Badajoz, em território espanhol mas perto da fronteira portuguesa, esse crime já parece prestes a cair no esquecimento. Exigem-no assim o Tratado Methuen, que liga Portugal à Inglaterra por amizade perpétua, e o convênio que permite aos Estados Unidos manter uma base nos Açores. Por esses motivos, as potências ocidentais já mudaram de opinião sobre a política colonial portuguesa e o sr. Adlai Stevenson deixou de vociferar contra o terrorismo português em Angola. Matam-se ali muitos pretos. Tampouco tem importância quando perto de Badajoz se matam dois brancos.

Fui amigo pessoal do general Humberto Delgado e de sua secretária brasileira. Só reservei outro lugar para a homenagem postuma que devo às vitimas, porque não quis que a emoção perturbasse a objetividade dos presentes comentários. Vejo, porém, agora, que outros, muito mais insuspeitos, não pretendem deixar dormir em paz os criminosos; e se o espaço permitisse, citaria na integra as manifestações da imprensa internacional sobre o caso: The Times, de Londres; Neue Zuercher Zeitung de Zurique; Binnenhof (Haia); Le Soir (Bruxelas); Gazette de Lausanne; Frankfurter Allgemeine; New York Times, etc.

Mas quem foi que se deu ao trabalho de coleccionar essas opiniões todas, de modo que agora posso dispor delas? É o número 54, de 18 de maio de 1965, do boletim Espanha en la prensa mundial, publicado pela Oficina de Información Diplomática, Madrid, Calle El Salvador 3.

Esse órgão do Ministério das Relações Exteriores da Espanha publica sem relutância, artigos de jornais ingleses, suíços, holandeses,

belgas, alemães e americanos, verificando a responsabilidade ou co-responsabilidade das autoridades espanholas na apuração de um crime perpetrado ou, pelo menos, descoberto em território espanhol. E confesso que essa atitude me inspira ou antes me fortalece um preconceito favorável à Espanha.

Ninguém ignora que o governo espanhol reprime e pune severamente as atitudes oposicionistas na Espanha; os tribunais militares agem e, depois, o mundo sabe, chocado, do desfecho pelo fuzilamento ou pelo garrote vil. Mas sabe. Ao passo que das atividades paralelas do governo português não se sabe.

E' que os espanhóis agem com franqueza, fato confirmado pelo n.º 54 do boletim da Oficina de Información Diplomática. Mas o governo português não age com franqueza. Ou fica calado. Como no caso do general Humberto Delgado e de sua secretária brasileira.

Dizem-me que uma lei brasileira pune insultos contra chefes de Estados estrangeiros. Não estou disposto a ir à prisão por causa de um Salazar. Não consultarei o dicionário para encontrar os adjetivos merecidos. No resto, há muitos assassinos no mundo e não adiantaria denunciar justamente um criminoso determinado. Prefiro lembrar o tratado de defesa mútua, concluído entre Portugal e a Espanha, que dá às polícias dos dois países o direito de agir cada uma no território do outro para reprimir atitudes subversivas. A Espanha, pelo citado boletim, admite que na Espanha, perto da fronteira portuguesa foi cometido o crime contra um cidadão português. Portugal não admite nada. E está julgado, convicto de dois crimes: do assassinato e da hipocrisia, com a circunstância agravante que a hipocrisia está sendo exercida há 38 anos; é mesmo o caso dos farsus, dos sepulchros caiados de que fala o Evangelho.

Nada disso perturba a firmeza com que as potências ocidentais consideram o governo de Portugal como pertencendo ao mundo livre de civilização cristã. Até há quem o considere, conforme Tratado de Amizade, como amigo. Amizade baseada na saudade, não se sabe se das caravelas ou do atual regime português. Amizade — saudade — a próxima rima é cumprida.

(Otto Maria Carpeaux, in "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 26.5-65)

A INTERPOL DOS ASSASSINOS

"Que preocupa Franco nas vésperas do seu 30.º ano de poder? A resposta em Madrid é unânime: O caso Delgado. Franco não se preocupa pouco pelo fato de a polícia espanhola aparecer dia a dia mais comprometida no assassinio do general português, e isto bem no meio dos projetos europeus e das declarações liberais do seu Ministro da Informação, Manuel Fraga Iribarne.

Não há de fato dúvida de que embora o regime não esteja diretamente implicado, alguns elementos da polícia espanhola tomaram parte do massacre de Delgado. Basta pensar que a polícia colocou todos os obstáculos possíveis para impedir a identificação do cadáver, e que para levar tempo, na semana que decorreu após a descoberta, os juizes instrutores só recorreram a expedientes infantis. No dia 4 de maio, quarta-feira, fui a Badajoz. Em quatro horas de conversa com a mulher, o filho e a nora de Delgado e com o advogado português Mario Soares, os juizes limitaram-se a mostrar uma cartucheira de pistola e uma bússola. O cadáver não, não se podia ver; a fotografia tomada igualmente não se podia ver; a protese dentária de que os parentes apresentaram a descrição tão pouco.

Mas as razões que nos levam a pensar que os espanhóis estão de qualquer modo envolvidos no crime não se limitam ao estranho comportamento dos juizes de Badajoz. A polícia espanhola, por exemplo, sabia quase de fonte segura que o cavalheiro calvo, sanguineo, que em fevereiro último ao desembarcar em Algeiras apresentou um passaporte brasileiro passado a Lourenço Ibanez, era Humberto Delgado. E' uma suspeita muito precisa, pois no ultimo ano Delgado tentara duas vezes entrar em Espanha. E das duas vezes foi reconhecido, preso e, após um interrogatório que durou quase 3 horas, acompanhado à linha de fronteira da qual se aproxima o suficiente para entrar.

Por que razão em fevereiro último, acompanhado ainda desta vez de uma senhora, sua secretária

Arajarir Campos Moreira, cuja fotografia estava na posse de polícia espanhola, Delgado não foi compelido a passar pelo posto da policia de Algeiras? Muito provavelmente porque os espanhóis tinham ordem de deixá-lo passar. Há ainda um outro fato. De pleno acordo com a agência oficiosa portuguesa ANI, as agências espanholas começaram, a partir dos primeiros dias de março, a assinar a presença de Delgado nos lugares mais estranhos da Europa. No dia 11 de março registram a sua passagem em Milão. Delgado, no entanto, já estava morto; as duas agências ibéricas haviam recebido ordem de estabelecer a confusão.

Na segunda-feira, 26 de abril, ao meio-dia no interrogatório feito pelos tres advogados indicados pela Comissão dos Direitos do Homem, o chefe da policia provincial de Badajoz nega saber qualquer coisa sobre alguém denominado Lorenzo Ibanez. Mas fora ele mesmo em Badajoz o primeiro a pôr as mãos sobre a bagagem deixada por Delgado no hotel Simanca e que dois dias antes estivera no lugar em que haviam sido encontrados os cadáveres.

Deste modo, as duas policias, a PIDE e a Segunda Seção Bis da Polícia Militar espanhola, devem ter colaborado no caso Delgado. Que ligações existem através dos dispositivos de segurança dos dois países ibéricos? A esta pergunta pode responder-se contando um episódio. Em janeiro de 1962, logo após o golpe de Beja (a primeira e única sublevação armada contra o regime salazarista) a PIDE tinha decidido pôr fora de circulação Germano Pedro, irmão de um dos conjurados. Pedro vivia em Gibraltar e a sua participação no complot consistira unicamente em arranjar um barco que levasse a Marrocos em caso de derrota da sublevação o chefe dos conjurados. Beja redundou em desastre: o chefe do complot, Varela Gomes, o irmão de Germano Pedro, Edmundo, todos foram presos, sem que o barco servisse. Mas a PIDE queria a todo o custo prender Germano Pedro e assim o permitiu a policia espanhola. Foi lá, sob as vistas da policia franquista que dois agentes da PIDE, Abilio Piva e José Rosa Casaca, saltaram do carro e apontando a pistola às costas de Germano, o obrigaram a guiar até ao vagão que nessa noite o levou para os cárceres de Lisboa. Não muito diverso deste deve ter sido o acordo concluído entre a PIDE e a policia espanhola sobre Delgado. Nada de oficial, nem protocolar. Mas tarde naturalmente ao saber-se do escândalo, Silva Pais o diretor da PIDE esteve em Madrid por uma semana no inicio de Março. Quanto à viagem que Muñoz Grande, o vice-presidente do Conselho espanhol fez a Lisboa antes de entrar numa clinica, muita gente me garantiu que não tinha ligação com o assassinio do general Delgado.

Final, qual foi o papel e o auxilio prestado pela 2ª Seção Bis da Polícia Militar? Provavelmente, limitou-se a acompanhar Delgado para a armadilha; a deixar que o general entrasse em Espanha até que um grupo de agentes portugueses o raptasse em Badajoz. Em Madrid por exemplo, pessoas bem informadas disseram que, de acordo com a policia espanhola, a portuguesa havia raptado Delgado e, depois de transportá-lo a Portugal, e abatê-lo ali, havia-o trazido de novo para território espanhol a três quilômetros da fronteira para abandoná-lo ao menor perigo. Um verdadeiro "bidone" que pôs furiosos os espanhóis, até porque estando envolvidos na primeira fase das operações não podiam sequer reagir nem verbalmente.

De qualquer modo, há de Madrid a promessa de esclarecer o caso Delgado. Primeiro, porque foi a policia espanhola quem iniciou um inquérito e não a policia portuguesa. Segundo porque quarenta advogados do foro de Madrid, à frente dos quais se encontra Mariano Robles, um dos criminalistas mais famosos de toda a Espanha, esqueceram-se de uma particularidade do processo espanhol para constituir parte civil no processo de assassinato a título de desconhecido de Humberto Delgado. E ainda porque, o caso Delgado se tornou uma arma nas mãos da oposição interna espanhola, a preocupar Franco.

(Sandro Viola, in Expresso, Roma 16.5-65)

PORTUGAL DEMOCRATICO

Nolas e comentários

O Aviltamento das Mentalidades

Franco Nogueira e Leite Pinto passaram há dias pelo Brasil. A presença neste país do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e do antigo ministro da Educação Nacional e atual presidente da Junta de Energia Nuclear teria passado despercebida, não fosse o teor das suas declarações aos jornais, que sobre eles lançou um ridículo que a imprensa brasileira devidamente explorou e que nos envergonha, a todos que aqui vivemos.

Quem conheceu, nas décadas de 30 e 40, o Engenheiro Leite Pinto que, recém-chegado de Paris onde fizera um curso notável nas Ponts et Chaussées, parecia destinado a um grande futuro, ou o jovem diplomata Franco Nogueira, intelectual brilhante, interessado pelos problemas culturais de seu país, pode perguntar-se que métodos de lavagem cerebral empregará o salazarismo para tornar irrisórias aos 50 anos duas inteligências tão válidas aos 30.

Que degradação, lenta mas segura, se teria levado, ao identificar-se com o salazarismo, a perderem de tal forma o sentido crítico que assim se prestam a zombarias? Que processo de obscurantismo mental pode levar um homem como Leite Pinto, espírito paradoxal e cínico, mas vivo e ágil, a declarar muito a sério, como fez no Rio de Janeiro na semana passada, que Portugal "pensou em dar início a um programa para fabricação da bomba atômica, mas desistiu ao fazer a pergunta: Para quê?".

Que tortuosos caminhos seguiu o espírito de Franco Nogueira, que há 20 anos parecia maduro e equilibrado, para chegar ao ponto de fazer as declarações que fez em S. Paulo sobre as colônias portuguesas e o assassinio de Delgado, que, independentemente do repúdio frontal que nos merecem, nos envergonharam e provocaram motes-los pela infantilidade com que foram apresentadas?

O caso destes dois homens, outrora inteligentes, que desceram ao nível dos Vasco Garin (o diplomata salazarista que se tornou internacionalmente famoso ao cobrir-se de ridículo falando em plena ONU sobre o perigo de uma invasão marçiana) e dos Varela Cid (o professor do Instituto Superior Técnico de Lisboa também conhecido em todo o mundo por considerar ainda hoje os sputnik uma invenção da propaganda russa), representam um dos aspectos do salazarismo a que nem sempre prestamos a devida atenção: o do aviltamento das mentalidades.

O regime português é um Moloch que não se contenta em devorar os seus servidores: antes disso, triturar-os, degradar-os, aviltar-os e expô-los ao escárnio.

V. R.

Terrorismo «Civilizado»

Talvez porque a rebelião nacionalista em Moçambique teve um início mais organizado, talvez porque não foi desencadeada sob o impacto de atrocidades recentes e em grande escala praticadas contra a população africana, como as que precederam o levantamento do povo de Angola, em março de 1961, a propaganda salazarista não encontrou, até agora, com que justificar a campanha de brutalidade e de terror de que é alvo, nesta hora, o povo de Moçambique. O facto de os combatentes nacionalistas atuarem no plano puramente militar, atacando apenas objectivos militares e forças do exército colonialista e poupando os civis quando estes não intervêm nas acções militares, é reconhecido pela população europeia e não pode ser desconhecido das próprias autoridades. Mas tal facto não é levado em consideração e a onda de ódio e de barbaridade que se abateu contra os africanos de Angola está agora a repetir-se em Moçambique sob a incitação e o estímulo dos meios oficiais, tanto civis como militares.

Rumo à Vitória PELA REFORMA AGRÁRIA - II

Publicamos abaixo a continuação do capítulo "Pela Reforma Agrária", dando prosseguimento à divulgação do importante depoimento intitulado "Rumo à Vitória".

"Existe assim uma série de interesses contraditórios que colocam constantemente em conflito os grandes lavradores e os grandes industriais e banqueiros. E porque com a criação e domínio dos monopólios, a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria, características do capitalismo em geral, ainda se acentua mais", as crises da lavoura são frequentes e adquirem por vezes aspectos agudos: Mas, quando os grandes proprietários e capitalistas da agricultura reclamam modificações da política agrária do governo fascista, quando o grande proprietário Picão Caldeira fala na "situação aféitiva da lavoura" (30-3-62), ou o grande proprietário Nunes Mexia afirma que "algumas regiões não se estão longe do limite máximo da resistência possível" (23-3-63), quando o fascista Nunes Barata reclama na assembleia fascista contra a "distorção entre os preços dos produtos agrícolas e os preços dos produtos industriais" ("Século", 13-12-60), quando nas "jornadas cerealíferas e leiteiras" realizadas em junho de 1963 os grandes lavradores reagem contra uma política demasiado favorável ao capital industrial, — eles não estão com o governo, antes exigem do seu governo mais atenção para os seus interesses, uma posição mais equitativa entre as várias classes que o governo serve.

Apesar porém destas contradições de interesses, os grandes proprietários e capitalistas da agricultura estão cada vez mais intimamente ligados ao capital financeiro. Os grandes agrários tornam-se banqueiros e industriais e quase não existe um grande industrial ou banqueiro que não se torne grande proprietário. Quem ignora que os grandes proprietários Manuel Vinhas, Calheiros Lopes, Carreira de Sousa, Andrade Lopes, Conde de Villalva e os outros são grandes banqueiros e industriais? Quem ignora que os grandes industriais Ferreiras do Ave e os Pinto de Azevedo são muito grandes proprietários? Quem ignora que o Banco Lisboa & Açores está na Agrícola Barrosinha, o Banco Espírito Santo na Herdade da Comporta e o Banco Borges & Irmãos nos vinhos do Porto? Quem ignora que os grandes proprietários do Alentejo criaram os seus próprios Bancos (do Alentejo e da Agricultura) e intervieram assim em larga escala na Indústria e nos Negócios bancários.

A Revolução contra o latifundio

Não. Os grandes proprietários disputam aos grandes industriais e banqueiros a partilha do bôlo, mas, de braço dado com eles, apóiam e dirigem a política do governo fascista a explorar e oprimem as classes laboriosas e as mais vastas camadas da população. Não se espera dos grandes proprietários uma posição favorável à Revolução Democrática. Não haja ilusões. Eles não encabeçam a luta do campesinato. Eles procuram sim uma política mais favorável do governo, mais favorável para eles, grandes proprietários e capitalistas da agricultura. Eles pretendem resolver as suas dificuldades à custa do proletariado e do campesinato, em geral. Eles, que já hoje têm nas suas mãos a maior parte das terras, têm em vista ainda uma maior exploração das classes laboriosas têm em vista apressarem ainda mais a liquidação dos pequenos agricultores. A Revolução Democrática não pode ser deles, pois é contra eles. Esses poucos milhares de parasitas que exploram quase um milhão de proletários e semi-proletários rurais e que têm mais terra que o meio milhão de pequenos agricultores, são os maiores inimigos do nosso povo e da nossa pátria. A reforma agrária deve arrancar-lhes as terras e entregá-las a quem as trabalha.

Uma outra objeção surgiu ainda. Houve quem lembresse que, entre os anti-salazaristas poderia eventualmente haver alguns proprietários abastados. Não iriam eles assustar-se com a reforma agrária, passar a uma posição anti-comunista e ligar-se ao salazarismo? E não seria mesmo de cortar o coração

ver atingidas pela Reforma Agrária algumas boas pessoas de sentimentos democráticos? Naturalmente que ao anunciarem-se as linhas gerais de uma Reforma Agrária, alguns raros grandes proprietários de opiniões liberais vão medir melhor as suas terras e calcular se serão ou não expropriados. Que se assustem ou não se assustem é lá com eles. A Revolução democrática e nacional em que o povo português está empenhado não é a Revolução do sr. Fulano ou do sr. Beltrano. E, como todas as revoluções, a Revolução de certas classes sociais contra outras classes sociais. É a Revolução do proletariado e do campesinato, da pequena burguesia de certos setores da media burguesia, contra as classes que constituem a base social do fascismo — os grandes capitalistas e latifundiários. Se há um ou outro latifundiário que, não evidentemente por nisso representar os interesses dos latifundiários, mas por uma posição individual, esteja pela Revolução democrática, ninguém pretenderá que, por esse facto, esta tenha de alterar os seus objectivos políticos. A semelhança da palavra de ordem dada há ano atrás para que os operários não assustassem com a sua luta os patrões anti-salazaristas, renunciar à reforma agrária a pretexto de tais alianças, seria do mais puro oportunismo.

Para os corações sensíveis...

Mas que não se preocupem as pessoas de coração sensível. Os grandes proprietários que serão atingidos pela reforma agrária têm sido uma das bases da ditadura fascista. São eles, junto com os monopolistas, que traçam a política de perseguição, de fome, de terror, que o povo português tem duramente sofrido nos últimos 38 anos. São eles, em relação à agricultura, que têm sacrificado, em defesa dos seus interesses próprios, toda a população laboriosa dos campos. Expropriar-lhes as terras e entregá-las a quem as trabalha, não é apenas uma medida de justiça social, uma condição para o melhoramento da situação das classes laboriosas dos campos e para o progresso da agricultura e da economia portuguesa no seu conjunto. É também uma medida política necessária para eliminar uma das principais bases sociais da reacção e do fascismo.

A política agrária do governo fascista tem estado inteiramente ao serviço dos latifundiários e do grande capital, contra todas as camadas laboriosas dos campos. Bater, arruinar, aniquilar a pequena produção agrícola, explorar sem limites o assalariado rural, — tal tem sido a política do governo fascista.

A pequena produção está irremediavelmente condenada pelo desenvolvimento do capitalismo. Em todos os aspectos está em situação desvantajosa em relação à grande exploração.

No que respeita a tratores a distribuição mostra, sem sombra de dúvida, que só praticamente os utilizam os grandes lavradores; 82% dos tratores são utilizados nas zonas de grande propriedade.

No que respeita a gado, a grande maioria de pequenos agricultores não têm qualquer gado de trabalho, ao passo que são frequentes as grandes explorações com duzentas, trezentas e mesmo quatrocentas cabeças de gado de trabalho. No total de 400.000 explorações há menos de um hectare, cerca de... 300.000 não têm gado de trabalho. Em contrapartida, as explorações de 500 a 2.500 hectares têm em média 40 animais de trabalho por exploração e as de mais de 2.500 hectares, 112 animais de trabalho.

No que respeita à venda dos produtos, cada ano, com a batata, com o vinho, com as frutas, torna-se de clamorosa evidência que o pequeno produtor está à merce dos grandes lavradores, armazenistas e intermediários, que, encaixados nos Gremios, Juntas e Federações fixam preços, organizam estrangulamentos no mercado, provocam a baixa e obrigam o pequeno produtor a vender apressadamente a preços ruinosos para depois eles venderem a altos preços. A fruta e a batata apodrecem no produtor quando faltam no mercado, ou são pagas por um águale para serem vendidas a 5 neste. Importa-se, quando o agricultor não consegue vender. Baixa o preço do gado e sabe o preço da carne. Bom vi-

nho dos pequenos vai para a queima para que se coloque a zurrapa dos grandes. Toda a política fascista dos preços e dos mercados está dirigida contra o pequeno agricultor.

A política de Impostos

No que respeita aos impostos observa-se o facto singular de serem eles tanto maiores quanto menores são as explorações. Tal situação tende e tenderá a agravar-se tal como mostra o facto de a contribuição predial rustica aumentar mais rapidamente nas zonas de pequena propriedade que nas de grande.

No que respeita ao crédito, enquanto os grandes podem em certa medida obter empréstimos em bancos e outras instituições de crédito moderado, os pequenos caem nas mãos dos usurários, que lhes emprestam pequenas quantias a juros elevadíssimos para depois, em muitos casos, lhe arrebatarem as terras.

A pequena produção agrícola não tem condições para competir vitorosamente com a grande. Tem por si todas as desvantagens. Terra escassa, pior e muitas vezes parcelada em courelas insignificantes e distantes, impossibilidade de usar máquinas e uma técnica progressiva, penuria de gado, falta de dinheiro e de crédito, dificuldade de colocação dos produtos no mercado, venda na pior altura e aos piores preços.

Os pequenos produtores lutam desesperadamente para sobreviver. A intensidade do trabalho, através do qual dão à sociedade, como "presente gratuito", milhões de horas de trabalho, o trabalho das mulheres e das crianças, as privações familiares, são únicas "armas" ao dispor dos pequenos agricultores para resistirem à exploração de que são vítimas por parte dos grandes proprietários e dos capitalistas, dos armazénistas e dos comerciantes, dos usurários e do governo. Não se salva entretanto da derrota. Num processo lento ao longo dos anos, os pequenos produtores são confundidos a dificuldades crescentes ao endividamento e à ruína.

O governo fascista, prosseguindo uma política de protecção dos grandes proprietários rurais e dos grandes capitalistas na agricultura, criando para uns e para outros a organização corporativa, pondo o aparelho do Estado ao seu serviço, apressa o processo da liquidação da "pequena produção independente".

(Continua)

Faleceu o Alm. Cabeçadas



No passado mês de junho faleceu em Lisboa o almirante Mendes Cabeçadas um dos elementos mais destacados da oposição liberal a Salazar e nome popular em todo o País pelo papel que desempenhou na Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910.

Embora tivesse cometido o erro gravíssimo de participar na quartelada de 28 de Maio, o almirante Cabeçadas redimiu-se desse gesto através de uma série de atitudes corajosas, opondo-se à ditadura tão logo percebeu os reais objectivos do movimento fascista chefiado por Gomes da Costa.

TERROR CULTURAL A Proposito do Primeiro de Maio

(Continuação da 1.ª pagina)

Portuguesa de Escritores, dissolvida por ordem arbitrária da ditadura de Salazar. O pretexto para este atentado contra a cultura em Portugal e o direito de associação foi a concessão, sob a égide da Sociedade, do grande prémio de novelística ao escritor angolano Luandino Vieira.

A Sociedade Portuguesa de Escritores foi fundada para congregar os escritores de Portugal na defesa de seus interesses, entre os quais é precíua a liberdade de cultura e de expressão, e também para representá-los no mundo, ao lado das associações congêneres de todos os países civilizados. Mais tarde ou mais cedo, a Sociedade seria fechada, por muito isenta e muito prudente que fosse a sua atuação. Sempre sua vida fora difícil e precária por o governo português não poder aceitar qualquer organismo associativo ou cultural que não seja uma agência de propaganda da ditadura. Extingui-la é mais um crime contra a cultura portuguesa e sua irradiação no mundo. Contra ele, os abaixo-assinados protestam e se solidarizam com os escritores que em Portugal mantêm a dignidade das letras pátrias, certos de que em um dia que não virá longe a Sociedade Portuguesa de Escritores renascerá para uma vida nova, que será a de Portugal restituído à integridade de seus direitos". Assinam: Maria Archer, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Fernando Lemos, Paulo de Castro, João Sarmiento Pimenta, Armino Blanco, Sizaio Muralha, João Apolinário, Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Rui Luis Gomes, José Morgado, Vítor Ramos e Jonas Negalha.

traduzir-se em acções parlamentares junto dos respectivos governos, deverá dirigir-se mesmo à Assembléia da ONU, onde a Itália se tem declarado sempre — ou culposamente absterido — a favor de Salazar.

A Comunidade Europeia de Escritores vai recolher imediatamente informações pormenorizadas sobre o encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, e defenderá as pessoas de todos os seus inscrites, sejam ou não sócios da Comunidade.

Não é de excluir o envio a Portugal de uma Comissão sua de inquérito e a eminente convocação do seu Conselho Directivo."

FALA A JUSTIÇA DE SALAZAR

Para que os nossos leitores façam uma idéia dos "monstruosos crimes" que levaram as autoridades fascistas a condenar José Mateus Graça a 14 anos de prisão, transcrevemos a seguir o trecho do acórdão no 37 de 24 de Outubro de 1964 do Supremo Tribunal Militar que atirou aquele patriota para a prisão. Não alteramos sequer o português rebarbativo e a linguagem desconexa dos generais, almirantes e coronéis de Salazar que constituíam o tribunal.

"O terceiro réu José Vieira Mateus Graça:

a) Pouco depois de 4 de Fevereiro de 1961, juntamente com o Cardoso recebeu das mãos do engenheiro Rossan Brandão na ilha de Luanda, um relatório por este elaborado sobre a situação económica e social da província à data dos acontecimentos ocorridos naquela data criticando a política Colonial do Governo, relatório que verteu para inglês e depois entregou ao já referido repórter da BBC em Leopoldville, tendo enviado também um exemplar, este escrito em português, para a Argentina, para ser publicado na revista política "Princípios";

b) Agindo politicamente de harmonia com os princípios preconizados pelo M.P.L.A., decidiu ir para Londres e, ali, ao mesmo tempo que trataria de assuntos profissionais, pretendia obter contactos com os dirigentes do dito movimento, especialmente com Viriato Cruz, seu conhecido;

Estabeleceu, para o efeito, um plano de acção, que consistia em obter a edição de propaganda sobre o "movimento" e as bases futuras da "Nova Angola" como lhe chamava, e bem assim, se tal fosse julgado oportuno pelos dirigentes do M.P.L.A.: em organizar um "movimento em Angola", que se fundiria com o Viriato Cruz quando politicamente fosse aconselhável, devendo a propaganda passar às mãos do dr. Pádua, que a colocaria na caixa postal 6047, de onde seria retirada pelo Antonio Jacinto com a mecânica de funcionamento já antes descrita;

d) Em conversa com o Jacinto, na altura em que lhe entregou a chave da caixa postal, assumiu o José Graça o compromisso de pedir aos dirigentes do M.P.L.A., que montassem uma emissora, editassem um jornal e enviassem bombas de plástico para amedrontar a população;

e) Nas proximidades da sua partida para Lisboa, que se verificou em 10 de Agosto, entrou em contacto por intermédio do dr. Pádua, com Rui de Oliveira, já mencionada, e como este demonstrasse identidade de pontos de vista com os seus anseios de independência para Angola, o R., receando não obter, na Metrópole, o passaporte indispensável para se ausentar para o estrangeiro, pediu ao seu novo correligionário que lhe indicasse o nome de qualquer pessoa de confiança que pudesse ajudá-lo a sair clandestinamente do país, pedido que o mesmo satisfiz, embora sem ter produzido os efeitos desejados, tendo-se comprometido o R. por outro lado, a pedido de Oliveira, a prestar auxílio à pes-

soa que lhe havia indicado, no caso de a mesma vir a necessitar de ligações em Luanda;

f) Do indivíduo que lhe foi indicado, recebeu o R. em Lisboa, os "Estatutos, Regulamento e Programas", do M.P.L.A., vários exemplares da "Tribuna Livre", um relatório sobre pretensas "deserções" de militares do Exército e a já referida senha constituída por metade da tampa de uma caixa de fósforos, material que fez chegar às mãos dos seus corréus Cardoso e Jacinto. No aeroporto das Pedras Rubras, no Porto, decidiu ir para Lisboa onde se avistou com o estudante Costa Andrade e, sabendo que este ia para o estrangeiro, pediu-lhe que ali estabelecesse ligação com um elemento do M.P.L.A., de preferência o Viriato Cruz, com o fim de o fazerem sair, clandestinamente, do país;

h) Nos primeiros dias de Outubro, o Costa Andrade escreveu-lhe de Itália informando-o das suas diligências quanto à pretendida saída clandestina e pondo-o ao corrente da opinião dos dirigentes do M. P. L. A., que era de, por enquanto, nenhuma acção política ser desenvolvida por elementos brancos, em nome do movimento, visto decorrerem, então negociações entre o mesmo e o M.P.L.A., para formação de uma frente única, pelo que era necessário tomar precauções tendentes a fazer abortar o boato espalhado pelo M.P.A. de que o M.P.L.A. era um "movimento de colonos", prevenção que o R. transmitiu ao Cardoso e ao Jacinto, por intermédio do seu primo Antonio Júlio dos Santos Car, pinteiro, por si catequizado na ideologia pró-independência, indivíduos ao tempo em Lisboa prestes a embarcar para Luanda.

Após a verificação da discordância na classificação jurídica dos factos que o mesmo Auditor, no seu parecer, integrado na 1.ª parte do corpo do art. 173.º, com referência ao art. 141.º no 1.º ambos do Código Penal, o mesmo dig. no promotor velo, por determinação superior, a incriminar os R.R. como autores do crime contra a segurança exterior do Estado, previsto e punido nesta última disposição, alegando contra todos a agravante 1.º do art. 34.º do referido diploma."

OUTRO ACTO DE VANDALISMO

LISBOA (Do Correspondente) — Dando prosseguimento à campanha de terror cultural em curso, a PIDE praticou um novo acto de vandalismo, atingindo desta vez a Galeria de Arte "Divulgação", à rua D. Estefânia, nesta capital.

O pretexto foi a organização pelo gerente, dr. Borges Coutinho, de uma mostra para o concurso "A Guerra e o Livro". Informada de que, numa alusão simbólica ao tema, figuravam na vitrina o emblema da campanha do desarmamento nuclear, a pomba de Picasso e uma reprodução do quadro "Guerica", a PIDE enviou ao local, como primeira medida, um agente seu, o qual, de noite, desenhou a diamante no vidro duas grandes cruzes suásticas (vide clichê). Era apenas um aviso.



Alguns dias depois, um grupo de pides destruiu completamente a mostra à pedrada e a cacetada. A questão está na Polícia Judiciária, mas, sabendo-se quem são os autores, o caso não tardará a ser arquivado.

Para cumulo, a PIDE realizou uma busca em casa do gerente da Galeria "Divulgação", ameaçando-o de espancamento.

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Pelas notícias recebidas de Portugal fica-nos a certeza de que o 1.º de Maio foi, uma vez mais, uma jornada de luta. A distância não faz senão aumentar a nossa admiração e o nosso respeito pelo heróico povo de Lisboa e pelos operários, pelos estudantes, pelos camponeses que em todo o país desafiarão corajosamente o poderoso aparelho de repressão do fascismo, transformando a Festa do Trabalho num dia de combate.

Por circunstâncias que não cabe aqui analisar, a mobilização popular não atingiu este ano, entretanto, as proporções impressionantes que assinalaram as jornadas de luta da primavera de 62. Tanto bastou para que uma vaga de injustificado desânimo abatesse os espíritos pusilânimes. Esperava-se deste 1.º de Maio o que ele não deu. E como a fraqueza se disfarça não poucas vezes sob uma máscara de arrogância, voltam a ouvir-se as velhas críticas a uma estratégia insurreccional que se baseia essencialmente no ascenso e no fortalecimento do movimento de massas. O radicalismo pequeno burguês de certos "revolucionários" inflamados manifestou-se no Interior e na Emigração através da retomada de ideias golpistas e terroristas expressas numa linguagem infantilmente esquerdista.

Para certos democratas as coisas são extremamente simples. A diminuição do número de manifestantes no 1.º de Maio seria uma prova de que é illusória a confiança depositada nas massas e de que o fascismo só cairá quando a oposição passar, finalmente, à "acção directa"! Não explicam, claro, quem o deve fazer, como e com que meios. Preferem extravasar ceticismo no que se refere ao trabalho de reforço da unidade e da organização, enquanto sonham com umas pontes dinâmicas e uma boa quartelada... A tanto se resume a febre desses senhores, aos olhos dos quais são reacionários e burocratas a reboque da burguesia liberal todos os revolucionários autênticos que se negam a ceitar as suas perspectivas aventureiras e infantis.

Não é difícil caracterizar esse tipo de anti-fascistas e a tendência que as suas posições reflectem. Mas porque não poderíamos fazê-lo melhor do que o autor de "Rumo à Vitória" (1), preferimos transcrever desse lúcido depoimento alguns dos parágrafos em que o problema é tratado:

"Na verdade, no momento presente, a concepção de que a luta armada por grupos de "acção directa" é a forma central, decisiva, quase exclusiva, da luta contra a ditadura fascista, ligada à afirmação de que está criada uma situação revolucionária e a vitória sobre o fascismo será fácil, tem todas as marcas da pequena burguesia. Ela traduz a impaciência e o desespero da pequena burguesia ante a ofensiva implacável do governo do capital monopolista, e a sua pressa numa solução política que se antecede à sua ruína e liquidação como classe. Ela traduz o individualismo e a falta de persistência da pequena burguesia e a sua incapacidade para dirigir grandes movimentos de massas, a sua fraqueza de organização e a sua incapacidade para superar essa fraqueza. Ela traduz o desânimo da pequena burguesia perante o agravamento da repressão fascista e a restrição das possibilidades da acção legal, o súbito desfazer das suas ilusões constitucionais e legalistas, a sua impaciência, o seu desespero, sua falta de perspectiva revolucionária. Ela traduz o receio da pequena burguesia pelo papel determinante do proletariado na revolução democrática que se exerce através do peso determinante da acção da classe operária e das massas populares, a aspiração e a tentativa de ganhar ela própria tal posição através da acção de pequenos grupos. Ela traduz o pecado incurável da pequena burguesia de tomar os desejos por realidades, fechando os olhos aos factos idealizando uma situação política idealizando as condições objectivas e subjectivas e sonhando um esquema simples e acessível que conduza ao resultado desejado".

XXX A proliferação do tipo de "revolucionários" a que acima nos referimos não se apresenta, porém, como fenómeno especificamente por-

tuguês. É hoje um problema de âmbito mundial.

O debate rufoso das mais complexas questões teóricas tornou-se uma moda. Raro é o intelectual ou o estudante de "esquerda" que não se proclama marxista. A realidade, contudo, é bem diferente. Sendo o materialismo dialectico um cume do pensamento, torna-se inacessível sem uma vasta cultura geral. Possuirá essa cultura o enxame de improvisados teóricos que por aí surge a apresentar estratégias mirabolantes para o derrubamento do fascismo português? É evidente que não. Em artigo recente, o escritor francês Jean Dru, (2) do PSU, lembrava que quando a ordem socialista está triunfante e a luta pelo poder deixa de constituir um problema, a consciência de classe de um dirigente não basta para enfrentar as complexas questões suscitadas pela necessidade da construção do socialismo. Toda a evolução da sociedade passa então a ser condicionada pela cultura marxista dos dirigentes, pelo que a formação ideológica, a teoria, ganha a partir daí uma importância decisiva. Mas isso para além da conquista do poder. Até lá, a força do movimento vem das massas. Os revolucionários com responsabilidades, os líderes à altura do seu papel histórico devem ser antes de mais homens de acção ligados às massas e não racionadores e exegetas de quinta essência. Obviamente não há luta pelo poder sem a prévia definição de uma estratégia, o que supõe o debate teórico. Mas essa estratégia unitária, no caso português, já existe, tem sido definida e redefinida nas Conferências da Frente Patriótica de Libertação Nacional. A acção que se pede aos revolucionários verdadeiros não é portanto o esforço de formulação de uma nova estratégia e muito menos a adesão a planos e ideias golpistas. O que importa, na actual fase é que cada um, humildemente, disciplinadamente, no Interior e na Emigração, se disponha a executar as tarefas, penosas ou exaltantes, que está apto a realizar.

XXX Para muitos intelectuais, o ser revolucionário é, antes do mais, uma forma de realização. Mas entre a adesão sentimental às ideias revolucionárias e a aceitação plena da responsabilidade inerente à militância revolucionária medeia um abismo que a maior parte não ousa transpor. Participar de um combate não é o mesmo que presenciá-lo, deixando a vitória de um dos lados. As alternativas da batalha são muitas e desconcertantes e os aliados não raro se transformam em espectadores. A Revolução pela qual o povo português vem lutando com um heroísmo e uma tenacidade que provocam a admiração mundial é um processo em profundidade que tritura as existências individuais. A sua poesia não reside no ascenso caótico de uma movimentação revolucionária que seduz a inteligência burguesa, mas sobretudo na vontade lúcida do partido ou partidos que dirigem a luta. É uma poesia fria que na hora própria se tornará quente e explosiva: uma poesia indissociável do método materialista. Para os que a entendem e sentem, as derrotas e os insucessos não produzem desânimo. São encarados como marcos no caminho da vitória final.

Nem todos os meses são Maio de 62. Os revolucionários autênticos não se deslumbram quando a maré sobe e vêem as hostes da Revolução engrossar. Mas não se afundam também quando acontece o contrário. Estão sempre preparados para o refluxo; sabem que o número de aliados diminui rapidamente quando a organização é golpeada e os frutos de muitos anos de trabalho parecem perdidos. Então, nessas horas em que tudo é sombrio, os entusiasmos desaparecem, a desmoralização aumenta à medida que as prisões se encham e a nova vaga de terror policial alastra como nódoa pelo país. A lirica do intelectualismo pequeno-burguês não seca, mas o estilo das composições muda. Alguns que escreviam odes à Revolução passam a preparar-lhe o requiem antecipado. Fatigados, não colocam mais o talento ao serviço das grandes tarefas colectivas; voltam-se outra vez para os seus pequenos mundos interiores: mergulham com volúpia na problemática do desespero, do existencialismo, do mais estéril dos existencialismos. Se nada há a fazer...

E contudo, é quando mais coisas

(Continua na pág. 7)

PORTUGAL DEMOCRATICO

Conversa com Portugueses Sobre um Crime e um Mito

Fernando Piteira Santos

E' de política Compatriotas que nos venho falar. Não desejo ocupar este nosso tempo de acção com mercúrios de mitografia, de mitologia. A tais artes de mistificação, um homem deve negar-se. E, exactamente, porque um mito popular se fundou num ocaso sangrento de tragédia, é que de nós se exige de apaixonado exame e fria análise. Exactamente porque o "acontecimento" é de um verídico dramatismo, é que de nós se exige a interpretação lúcida. Porque "o crime" foi um acto político, política deve ser a nossa atitude.

Não se contestam as lágrimas. Não se contesta o desgosto sincero, a dor funda e confundida, o próprio desespero. Mas contra o desespero que conduz a uma descrença generalizada, a um retraimento negativista, ao derrotismo, devemos estar prevenidos. E prevenidos também, politicamente prevenidos contra a tendência sentimental, conflagrada, simplista na sua generosidade estulta, de tudo esquecer e absolver, precisamente quando um acontecimento trágico, nos coloca perante uma situação irremediável e nos oferece patente e dolorosa confirmação de justiça das reservas que faziamos a métodos que não eram os nossos e do acerto da nossa crítica à tendência perigosa que arvorava em argumento teórico a respeitável ansiedade de um homem.

Como ontem, hoje também, importa ver claro. Nem se poderá dizer, a rigor, que o General Humberto Delgado tenha tido a morte que procurava, só porque as coordenadas espaciais e temporais dessa morte por ele fo-

ram criadas. Criadas a partir de um "nada" de organização revolucionária e do engano de que a autoridade simbólica que se atribuía e que muitos respeitavam por reconhecimento da adesão popular em 1958, representava uma efectiva autoridade política. Novo engano: dessa autoridade simbólica tirava o General Humberto Delgado a consequência extrema; o mandato revolucionário em que se considerava investido.

Da autoridade simbólica em que se instalara, com relativa legitimidade, quiz fazer, ilegitimamente, um poder absoluto; poder absoluto sobre os homens seus companheiros, poder absoluto sobre as condições objectivas. De uma situação, uma faculdade. Da posição política que lhe fora atribuída por considerações de ordem prática, direcção efectiva e real eficacia revolucionária.

Em 1958, o nosso objectivo era a reconquista da Democracia com o General Humberto Delgado, mas não atrás do General Humberto Delgado. O "homem sem medo" era necessário, mas era igualmente necessário o homem com capacidade de direcção política. O "agitador" abriu impetuosamente, corajosamente, uma fenda na muralha salazarista, mas a construção da ordem democrática era uma operação de outro quilate, exigia a presença de um político, de um dirigente nacional. O herói da acção, ou anunciador da acção, teria que revelar-se como revolucionário, como político, como homem-de-estado. Muitos não o compreenderam. Ele, porque tinha a intuição de que era assim, contra essa circunstância se revoltava, pretendendo impor-se sempre, e nas mais diversas condições,

por afirmações de autoridade e de coragem; uma constante tensão heróica no vazio da acção.

Tudo sacrificou à afirmação da autoridade (com que pretendia substituir a capacidade efectiva de direcção) e ao impeto heróico (com que pretendia substituir o "nada" de organização revolucionária). Todavia, faltava ao impeto heróico um pensamento político. O herói face à acção, era um homem só apostado em oferecer-se o espectáculo da própria coragem. E quanto mais isolado no seu sonho individual, mais o projeto político se confinava a uma irrefreável vontade de poder.

Consequência imediata da transmutação da autoridade simbólica em poder de autónoma decisão política e revolucionária, o facto da posição na direcção se ter metamorfoseado em posição de comando. Dirigir era para o General Humberto Delgado, mandar. Mas a vontade de poder não é, por definição, revolucionária. O caminho da revolução antifascista não coincidia com o leito dessa torrente autocrática e egocêntrica que era o tumulto em que o General Humberto Delgado se agitava, que era — reconhecemo-lo — a sua forma política de existir.

Quando em Maio de 1958 apresenta ao Povo Português um moderado programa de reforma e regeneração do "Estado Novo", o candidato dos independentes é ainda, "sem dúvida", um Amigo da América". Mas à pergunta de um jornalista, dá a resposta categorica de que demitiria Salazar se ganhasse a eleição. De golpe ganhou, nesse momento, a confiança popular. Logo também proclamou que acabara o medo. Simples palavras, é certo. Mas, o mito popular estava criado. E com palavras os mitos se tecem. Nos debates e embates destes sete anos, o General Humberto Delgado continuou a ser "o homem sem medo" e "o homem que demitiria Salazar", continuou a ser um mito popular que, como pura e peçonhosa, ou incitante à acção, se convertia em factor de resistência, quando o não era mesmo de mobilização popular.

Com as suas qualidades de combatente e com os seus defeitos, homem temporalmente dividido, o General Humberto Delgado, enquanto vivo, dava a sua força pessoal, a sua impetuosidade e real energia, ao mito popular. Com o movimento unitario antifascista, ou dele separado, o mito popular que o General Humberto Delgado personificava era um instrumento de acção possível.

O crime fascista interrompeu uma vida (e uma aventura) e convidou-nos à mais serena revisão. A luta de libertação nacional, incluindo a actividade do General Humberto Delgado, ou considerando-a apenas um acidente marginal, dela era solidária por razões de sinal diverso. Razões positivas: o General Humberto Delgado tinha um inimigo principal que era o nosso inimigo principal. Razões negativas: o "mito popular" desvalorizava a necessidade e urgência da mobilização popular e da organização sólida e actuante. Porque se confiava no milagre da libertação pela acção do herói, propendia-se para o esquecimento do axioma irrefutável: só o Povo libertará o Povo.

A situação apresenta-se hoje com grande clareza: o mito popular deixou de ser um possível instrumento de acção. Prolongá-lo é recriar um mero sebastianismo. E uma coisa é a atitude que se nos exige perante o crime hediondo; outra coisa é a atitude que se nos exige perante as mitologias distraídas, ou interessadas, que, no fundo, frustam a acção no presente.

O crime foi um crime político. Política deve ser a nossa atitude.

Perante o crime devemos erguer-nos unidos no protesto, homens em colera, dispostos a vingar, combatendo. Mas rejeitemos, Compatriotas, o desespero, afastemos de nós os profetas da desgraça e os pequenos abutres de divisão anti-fascista. Escravos na própria Pátria e dispersos no mundo, "lusiadas sem pão e sem milagres", não criemos outra esperança que a confiança na acção comum.

Sem milagre, sim. Pesa sobre nós todos, Povo, a tarefa heroica da libertação nacional. A nossa força é a nossa unidade.

Não nos deixemos adormecer numa mitologia piedosa. O nosso caminho está traçado e está aberto. Que cada um de nós repita para si em segredo, ou grite bem alto com o poeta nosso companheiro: "Dos homens falo, nada sei dos mitos".



Enquanto o povo português se bate diariamente contra o fascismo, transformando as lutas reivindicatórias na cidade e no campo numa batalha política permanente, os democratas emigrados elevam a um nível superior o combate pela amnistia. No cliché, um desfile em Bruxelas no 1.º de Maio, contra a repressão.

LUTAS POPULARES

LISBOA (Do Correspondente) — As semanas que precederam a jornada do 1.º de Maio caracterizaram-se por uma intensificação das lutas reivindicativas em todo o País. Apresentamos, a seguir, um panorama geral das múltiplas ações de massas de que tivemos notícia.

FARO — Uma nova empresa nacional acaba de cair nas mãos do capital estrangeiro: a ESNAL. Desta vez foram os ingleses que chegaram para participar do assalto às riquezas do Algarve. De uma só penada compraram Os Estaleiros Navais do Algarve (ESNAL), o Hotel Alliança, o Pontal, o Hospital de Faro, terrenos em Santa Barbara de Nexe e montaram novas instalações de construção naval em Vila Real de Santo Antonio.

A ESNAL pertence agora à firma Mason & Barry. Com a mudança, os operários passaram a ser ainda mais duramente explorados. Há mais de cinco meses que esperavam aumento de ordenado. Em dado momento, para receberem um feriado, foram informados de que este só seria pago se fizessem horas extraordinárias. Ante a recusa do pessoal, foi-lhe pedida uma hora de trabalho para a guerra de Angola, pretensão que os operários rejeitaram igualmente. E, dias depois, indignados, paralisaram o trabalho e invadiram os escritórios da gerência. A consequência dessa concentração foi a imediata aprovação de aumentos ao pessoal de 12,7 e 5 escudos.

LOUSADA-SANTO TIRO — Na MABOR e na DAB, departamento de artefactos de borracha anexo da primeira, os operários vêm travando desde o verão passado uma luta tenaz pelo aumento de salários. O descontentamento do pessoal, generalizado, tornou-se a partir do fim do ano particularmente sensível na secção de vulcanização, onde o trabalho era obrigatório aos domingos. A tensão chegou a tal ponto que um gerente norte-americano da empresa teve de intervir e ante a ameaça da paralisação de trabalho, optou pela concessão de um aumento imediato de 4 a 5 escudos, com a promessa da suspensão do trabalho dominical.

O pessoal da DAB, ao corrente dos acontecimentos, exigiu por sua vez aumento. Como a reivindicação não fosse atendida, cerca de 50 operários concentraram-se à porta da fábrica, abandonando o trabalho, enquanto a comissão de unidade da empresa parlamentava com a gerência. Como esta respondesse com paliativos, a paralisação tornou-se imediatamente efectiva. O turno seguinte recusou-se igualmente a pegar no trabalho. Resultado: um aumento de 5 escudos. Outras secções da MABOR, impressionadas com essas vitórias, prepararam-se para entrar em greve caso não sejam concedidos aumentos.

PORTO — O Gremio dos Profis-

sionais de Seguros do Porto, em resposta a um pedido de aumento de ordenados apresentado pela classe, concedeu uma majoração de 6% mas a troco de mais meia hora de trabalho diário, o que se traduziria numa baixa nos salários acima de 2.500 escudos. Ao ter conhecimento da manobra escandalosa, a classe protestou com veemência na reunião do Sindicato, apupando o presidente deste.

CARRIS — O pessoal da CARIS, em Lisboa, continua empenhado numa luta difícil pela revisão dos seus salários. A tensão entre a administração e o pessoal atingiu o seu ponto mais crítico nos dias anteriores ao 1.º de Maio. No dia 20 de Abril realizou-se em Santo Amaro, em frente dos escritórios, uma concentração de que participou mais de 2.000 trabalhadores. Como estes exigissem a presença de um administrador e, ao que parece não havia nenhum ali, o pessoal manteve-se firme no local durante duas horas, protestando. No dia seguinte, a administração declarou-se disposta a receber uma comissão de representantes do pessoal, mas esclarecendo que a representação seria por secções e serviços. Receando que se tratasse de uma iniciativa destinada a atirar alguns companheiros para as mãos da PIDE, os trabalhadores recusaram. E, nesse mesmo dia, 21 de Abril, houve nova concentração, a que compareceram também cerca de 2.000 funcionários. Chegou a esboçar-se um movimento de assalto aos escritórios da administração e o pessoal só dispersou decorridas 4 horas. No dia 22, nova concentração. Mas desta vez a Polícia fôra solicitada e compareceu com um carro de água e grande aparato bélico. O espírito de luta do pessoal é magnífico e estão previstas concentrações sucessivas até que a administração ceda.

DIVERSAS

Na fábrica Schiming, pertencente a alemães, os patrões vinham multando os operários aproveitando-se de um relógio de ponto avariado. Ante os protestos do pessoal, injustamente acusado de largar o trabalho antes da hora, o Instituto Nacional de Trabalho, avisado por uma operária suspensa, teve de enviar um perito ao local e os arrogantes alemães foram obrigados a levantar as multas e os castigos impostos.

Cinquenta corticeiros da MUNDET concentraram-se no Sindicato para saber o que a direcção deste fazia em relação ao problema do aumento de salários. Os corticeiros exigem também a equiparação de salários entre as zonas Norte, Centro e Sul.

Em São Pedro da Cova, um grupo de trabalhadores lançou um manifesto divulgando a prisão de um conterrâneo e apelando à luta em sua defesa. A repercussão da iniciativa na localidade foi muito grande.

O OBSCURANTISMO SALAZARISTA — (IX)

Os Escritores

Joaquim Barradas de Carvalho

Salazar e o seu Governo acabam de praticar um dos actos que melhor evidencia a sua politica obscurantista: a dissolução da Sociedade Portuguesa de Escritores. A Sociedade Portuguesa de Escritores era tolerada pelo regime de Salazar desde a sua criação. Num País onde praticamente não há escritores fascistas, a sociedade não podia ter uma vida dura-doura.

Já em editorial deste jornal se afirmou que, segundo palavras do próprio Ditador no seu último discurso, ele se considera, se confessa, falhado num ponto, a doutrinação. Como então foi dito tão estrondoso falhanço se deve pura e simplesmente ao facto de não poder haver doutrinação sem doutrina. Ora os escritores portugueses — salvo raríssimas excepções — não são imbecis. Nunca poderiam aderir a uma série de normas empiricas ditas por aquilo que não passa do bom ou mau senso de "um feitor de casa rica". Empirismo de curta inteligência que deu um Estado corporativo instalado no Poder desde 1926, sem Corporações (?) até 1956!... Os escritores portugueses, mau grado os trinta e tantos anos de incitamento ao "carneirismo", mau grado os trinta e tantos anos de fascismo, de policiamento das pessoas e das ideias, não aderiram nem se submetteram. Os escritores portugueses têm um lugar de destaque naquilo a que poderemos chamar a história geral da resistência do espirito à força bruta. O que se tem passado em Portugal nos últimos trinta e tantos anos é uma demonstração iniludível do que afirmamos.

Agora um juri concede o Prémio da Novela do ano de 1965 ao livro "Luanda", da autoria de um patriota angolano, o escritor Luandino Vieira, preso num campo de Concentração de Cabo Verde e condenado a 14 anos de prisão. A proposta da medida do Governo de Salazar, por via do seu actual Ministro da chamada Educação Nacional, e da corajosa atitude dos escritores portugueses, Giancarlo Vigorelli, secretário da Comunidade Europeia de Escritores, declara num comunicado: "A nossa solidariedade para com os escritores portugueses é total e todos os escritores europeus devem tomar para si a extrema lição de coragem que eles deram ao mundo, desprezando Salazar, que está massacrando Angola, e conferindo um Prémio litera-

rio a um escritor angolano encarcerado". Fernanda Botelho, João Gaspar Simões, foram interrogados pela P.I.D.E. Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, foram presos. Foi este o heróico juri. Foram estes os defensores da inteligência contra a força bruta. A sede da Sociedade Portuguesa de Escritores foi assaltada pelas ordas da PIDE e dos Centuriões, numa manifestação de selvajaria, destruindo mobiliário e ficheiros. Enganam-se no entanto os assassinos da PIDE e dos Centuriões ao pensarem-se vitoriosos. Não estão sós, o grande poeta e romancista Manuel da Fonseca, o jovem romancista e ensaísta de grande talento Augusto Abelaira, o jovem Alexandre Pinheiro Torres, a grande revelação da critica destes últimos anos, E se tiveram coragem para votar em Luandino Vieira, é porque têm coragem para muito mais. Não estão sós e sabem-no. Giancarlo Vigorelli, em nome da Comunidade Europeia de Escritores, no documento já acima citado, afirma não bastar — perante tão dramática situação — "responder com colheitas de assinaturas ou com protestos verbais". Os assassinos da PIDE e dos Centuriões sabem que de cerca de 500 membros da Sociedade Portuguesa de Escritores só três ou quatro tiveram a cobardia de pedir a sua demissão. Mas estes três ou quatro estavam demitidos por si mesmos, pela sua vergonhosa incapacidade cívica e moral, pela sua falta de dignidade, incompatível com a qualidade de escritor e intelectual. Poderemos pois dizer que a totalidade dos escritores portugueses deram ao seu País e ao Mundo uma lição de civismo e de dignidade.

E' o sócio com o cartão de identidade n.º 298, assinado pelo então Presidente da Direcção, o grande e saudoso Aquilino Ribeiro, que escreve com emoção estas descosidas linhas. Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, queridos amigos, aceitam um abraço fraternal deste vosso companheiro de ontem, de hoje, e muito seguramente de um amanhã que está próximo. Escritores portugueses, neste momento representados por Manuel da Fonseca, Augusto Abelaira, Alexandre Pinheiro Torres, a vossa conduta é um exemplo. Para vós vai a nossa irrestrita solidariedade. A inteligência sairá em breve vencedora da força bruta, do obscurantismo, e dos assassinos da PIDE e dos Centuriões.

Pela amnistia e contra a repressão

Durante os meses de Abril e Maio o fascismo intensificou ao máximo a onça de terror policial que se iniciara no fim do ano passado com as perseguições aos estudantes. O caso do encerramento da Sociedade de Escritores não pode ser encarado como episódio isolado, pois se insere no plano geral que vem sendo sistematicamente executado pelo aparelho policial do regime.

Tanto os métodos postos em prática como o campo de acção apresentam-se nesta campanha como extremamente variáveis. No mês de Abril, por exemplo, o fascismo desencadeou uma ofensiva demagógica, tomando como tema a carestia da vida. Tudo pretexto para iniciar uma intensa repressão contra pequenos comerciantes desafectos ao salazarismo. Os jornais apareceram cheios de propaganda sobre a acção do IGA e sobre os "esforços energéticos" do governo para impedir a alta dos preços. Todas as formas de policia, mento e vigilância eram simultaneamente intensificadas.

LIBERTEMOS JOSÉ VITORIANO

Prossegue em todo o mundo, a grande campanha pró-libertação de José Vitoriano. Correspondendo ao apelo da Federação Sindical Mundial, dezenas de entidades sindicais de vários países têm dirigido às autoridades fascistas portuguesas uma corrente contínua de protestos, apelos e telegramas exigindo a libertação imediata daquele patriota, mantido na prisão depois de haver cumprido há anos a pena em que foi condenado. É preciso, indispensável que essa corrente de solidariedade prossiga e se amplie, se possível. Lembramos por isso a todos os nossos leitores e particularmente aos democratas portugueses do Brasil que é seu dever associarem-se à referida campanha, enviando cartas, abaixo assinados e inclusive recortes do nosso jornal aos ministros da Justiça e do Interior de Salazar, bem como ao presidente fantoche Américo Tomás, exigindo a liberdade para JOSÉ VITORIANO.

RESOLUÇÃO SOBRE PORTUGAL DA F. I. D. H.

Durante os trabalhos do Congresso da Federação Internacional dos Direitos do Homem, realizado em Atenas de 17 a 19 de Abril p.p., o plenário tomou conhecimento de um importante e pormenorizado relatório sobre a situação existente em Portugal e particularmente sobre a violação dos direitos do homem pelo governo fascista de Salazar.

O Congresso aprovou posteriormente a seguinte resolução sobre o assunto:

"Considerando que o regime português encarcera os seus adversários políticos mediante o recurso a textos, métodos e práticas que constituem outros tantos desafios à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem, uma e outra assinadas por Portugal; Considerando que o funcionário da PIDE (Polícia de Defesa do Estado) exercem prerrogativas que deveriam normalmente ser devolvidas a magistrados, garantindo por si a instrução dos processos políticos; Considerando que podem manter na prisão durante longos anos um cidadão apenas por o considerarem perigoso, seja preventivamente, seja mesmo após a pena cumprida; Considerando que a PIDE pratica com frequência torturas sobre homens e mulheres presos e que os seus métodos visam a degradar cientificamente e profundamente a integridade física e moral das suas vítimas; Considerando que as condições de detenção aplicadas aos prisioneiros políticos são especialmente deshumanas;

O Congresso denuncia estes factos à opinião mundial e confere poderes ao Bureau da Federação para formular um protesto público e informar a Organização das Nações Unidas.

REPERCUSSÃO DA CAMPANHA DA A. I. J. D.

A campanha desenvolvida pela Associação Internacional dos Ju-

ristas Democráticos em apoio à luta dos estudantes portugueses alcançou uma extraordinária repercussão mundial. Assim, em dezenas de países, por iniciativa das associações nacionais de juristas democráticos, o relatório da AIJD foi largamente divulgado pela imprensa. Nos Estados Unidos o importante documento — redigido pelos drs. Solange Bouvier Ajam e Nicolas Jacob — chamou de modo particular o interesse para o pro-

Solidariedade Internacional Aos Estudantes Portugueses

A União dos Estudantes Portugueses em França continua a desenvolver um admirável trabalho de esclarecimento sobre a situação estudantil em Portugal. O seu excelente boletim constitui particularmente um completo e actualizado veículo de informação que leva tanto à opinião pública francesa como a numerosas organizações estudantis de todo o mundo as últimas notícias sobre a campanha de terror policial desencadeada pelo fascismo contra os estudantes portugueses. Do numero relativo a Abril/Maio, que acabamos de receber, transcrevemos um oportuno artigo sobre o problema da solidariedade que pode e deve ser prestada aos estudantes de Portugal:

"As acções de solidariedade podem fundamentalmente revestir dois aspectos: 1) pressão sobre o governo; 2) apoio moral e material aos estudantes.

1) Salazar é particularmente sensível à opinião pública internacional. Tentou sempre esconder a verdadeira realidade portuguesa, a miséria, o obscurantismo, a repressão... durante muito tempo teve êxito e muita gente pensa ainda que Portugal é um país da Europa igual aos outros. Agora e progressivamente desde o início da guerra colonial nos primeiros anos desta década, o mundo descobre que Portugal só, por acaso se acha na Europa. Na realidade é um país subdesenvolvido.

É no sentido de uma denuncia, de um isolamento de Salazar que a acção das organizações de estudantes de todo o mundo se deve orientar. É igualmente necessário que Salazar saiba que o seu jogo é conhecido e que já não engana seis quem for. Neste sentido os telegramas e os protestos que chegam de todo o lado obrigaram certamente Salazar a refletir sobre o futuro que imaginou.

Alguns exemplos merecem, pela sua amplitude, citação especial: os actos públicos realizados em França, na URSS, na Arábia, na Bélgica, na Holanda, na Checoslováquia; as manifestações de rua na Bélgica e em França (Lyon); a campanha de informação promovida pela IUF (cartazes, bilhetes postais, publicações...); as conferências de imprensa de várias organizações, entre as quais a CIE, a UIE, a UNEF; o envio pela UIE e a UNEF de delegados em missão de inquérito; a publicação nos jornais estudantis de artigos sobre a situação em Portugal...

Um caso merece especialmente a nossa atenção, mercê da repercussão que teve em Portugal. Trata-se de um telegrama assinado por cerca de 200 personalidades francesas do mundo das artes, das letras e das ciências, entre os quais Sartre, Mauriac, Simone de Beauvoir, Vilar, Josué de Castro... Publicado pelas associações de estudantes (AAEE) mostrou que os intelectuais franceses não estão nem podiam estar de acordo com a política de Salazar. Acções como esta, de denuncia e de protesto forçam-nos a recuar. Fica sabendo que quando ignora os direitos do povo e dos estudantes é o mundo inteiro que tem contra ele ao lado dos oprimidos.

2) Quando se luta por uma causa justa, luta-se melhor quando se sabe que milhões de olhos nos vêem e que milhares de corações nos encorajam, que milhares de braços nos ajudam. É com novo vigor que se encara a luta e com mais esperança que se lhe vê o fim.

Quais são as maneiras de ajudar os nossos companheiros? Em primeiro lugar o simples conhecimento de todas as acções que descreve-

blema da luta dos estudantes portugueses. Foi feita uma conferência sobre a repressão em Portugal no Instituto de Línguas Espanholas da Califórnia e os estudantes presentes pediram que um professor de Coimbra exilado apresente um trabalho sobre o assunto.

Na Argentina, o reitor da Universidade de Buenos Aires, depois de ler o relatório da AIJD, propôs que o documento fosse discutido pelo Conselho Superior da Universidade.

É fundamental que todas as acções, pequenas ou grandes, de solidariedade, que se realizam nos sejam comunicadas para que, do nosso lado, possamos informar para Portugal. Por outro lado, telegramas e moções de apoio podem ser enviados directamente às AAEE cujos endereços damos abaixo.

Um dos aspectos, o mais esquecido pelas organizações estudantis é o da ajuda material e financeira. É compreensível que todas elas tenham um orçamento limitado e que, por isso lhes seja difícil esse tipo de ajuda. No entanto, nem todas lutam contra um regime semelhante ao de Portugal e quase todas elas têm o seu problema mais elementar — o da liberdade sindical — resolvido. Para que a luta não diminua ou não pare mesmo, é necessário um mínimo material. Esse mínimo está longe de ser atingido em Portugal. Máquinas de escrever e de mimeografar, ou dinheiro para comprar papel são elementos indispensáveis ao funcionamento da propaganda.

Algumas organizações fizeram esforços nesse sentido: em França foram realizadas duas coletas; na Bélgica outra. Mas muito mais é necessário. Numerosas iniciativas são possíveis. Existe uma tendência para considerar que a solidariedade só é necessária quando "Le Monde" ou "The New York Times" mencionam uma manifestação ou a prisão de vários estudantes. Nada mais erróneo. Quando a imprensa internacional fala de Portugal é porque a luta está, digamos, numa "fase aguda". Mas a luta é contínua. E é precisamente quando a repressão alcançou os seus objectivos, quando o moral dos estudantes desceu, que as manifestações de solidariedade faltam. Uma continuidade na solidariedade é necessária porque é justamente entre duas manifestações de rua que a luta se torna mais difícil.

VIVA A AMIZADE DOS ESTUDANTES DO MUNDO INTEIRO!

N. da R. — Publicamos abaixo os endereços a que o texto se refere. Ao fazê-lo, PORTUGAL DEMOCRATICO chama de modo especial a atenção dos gremios estudantis brasileiros, tradicionalmente solidários com a luta dos estudantes portugueses, para o interesse e actualidade deste artigo.

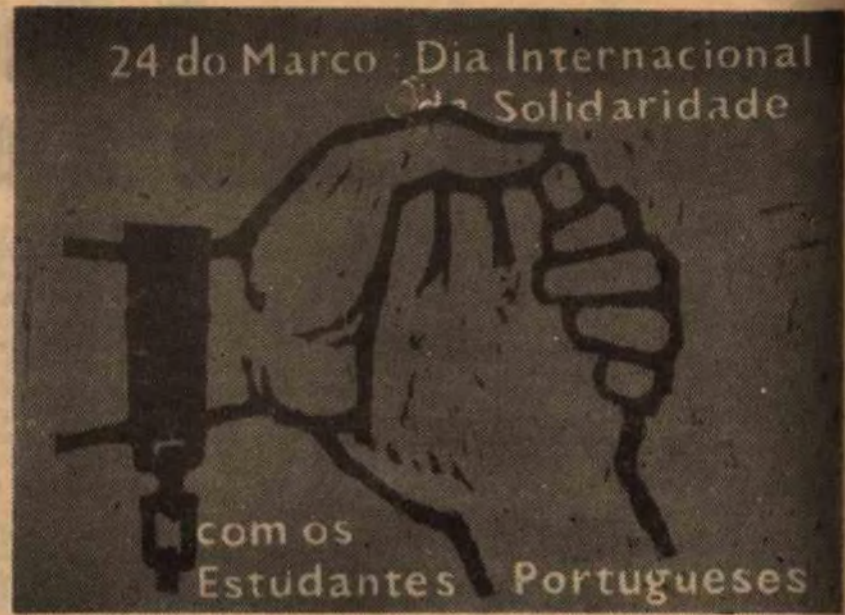
- Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico — Av. Rovisco Pais, Lisboa, Portugal.
- Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Rua Miguel Lupi, 11, Lisboa, Portugal.
- Associação Académica da Faculdade de Direito, Cidade Universitária, Lisboa, Portugal.
- Associação Académica de Coimbra, Cidade Universitária, Coimbra, Portugal.

OUÇA A RADIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,45 em 32 metros; e das 24,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS



24 do Marco: Dia Internacional da Solidariedade com os Estudantes Portugueses

A União Internacional dos Estudantes editou um postal comemorativo do 23 de Março — Dia Internacional de Solidariedade com os Estudantes Portugueses. No verso, endereçada ao Ministro da Educação Nacional, Lisboa, Portugal, lêem-se as seguintes palavras:

RECLAMAMOS:

- o direito de livre associação para os estudantes portugueses,
- a libertação imediata de todos os estudantes e democratas presos por motivos políticos,
- o encerramento do Campo de Concentração do Tarrafal onde já pereceram inúmeros patriotas portugueses.

UEE ao lado de José Augusto Silva

A União Estadual dos Estudantes de São Paulo enviou ao ministro da Educação de Portugal o seguinte protesto:

Exmo Senhor Ministro da Educação Nacional Prof. Inocêncio Galvão Teles LISBOA.

A vaga de terror policial desencadeada há meses contra os estudantes portugueses vem causando, como v. exa. não ignora, um sentimento de profunda indignação nos meios universitários brasileiros. Seria ilusório pensar que o perfeito entendimento hoje reinante entre os governos dos nossos países reflecte a posição do povo e da juventude do Brasil. Particularmente no que se refere à questão estudantil é total a solidariedade dos universitários brasileiros à luta dos seus colegas portugueses em defesa dos seus direitos associativos.

Não é de estranhar assim que, após a revolta causada pelas violências praticadas pela PIDE contra jovens como Gina de Azevedo e Baeta Neves, as notícias aqui divulgadas a respeito do caso do estudante liceal José Augusto Silva tenham suscitado uma vaga de emoção. O relatório que sobre o assunto elaborou a advogada Solange Bouvier Ajam, ao regressar de Portugal em missão da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, constitui só por si um documento comprobatório das brutalidades policiais de que os estudantes estão sendo vítimas e, de modo especial, das criminosas intenções da PIDE em relação a José Augusto Silva. Trata-se como v. exa. sabe de um moço de 15 anos, nascido atrás das grades de uma prisão e cuja curta existência tem sido dramaticamente marcada pelo sofrimento.

O plano da Polícia de o manter internado num reformatório até agosto, mês em que, ao cumprir 16 anos, poderá ser preso e processado, é uma monstruosidade digna de um regime onde a violação dos direitos do homem entrou nos domínios do quotidiano. Ao elevar o nosso indignado protesto contra as violências a que vem sendo submetida essa corajosa criança, apelamos



Os estudantes de Lisboa continuam, indiferentes à repressão, a editar nas varias faculdades os boletins associativos em que debatem os seus problemas e condenam com veemencia as brutalidades policiais e a politica fascista de perseguição à Universidade.

para V. Exa., em nome dos estudantes de todo o Estado de São Paulo, na esperança em que, como ministro da Educação, impeça que se consuma a sorte preparada a José Augusto Silva. O crime que se prepara, tenha-o V. Excia presente não manchará apenas ainda mais o negro historial da policia politica portuguesa. A opinião publica mundial responsabilizará por ele todo o governo português e particularmente V. Exa. como ministro da Educação se a ele não se opuser veementemente. A imediata e incondicional libertação de José Augusto Silva é uma exigência da consciência democrática universal.

Atenciosamente,
O vice-presidente do U.E.E.,
Altino Dantas

Palavras de Ordem no 1.º de Maio

Publicamos abaixo o texto que foi transmitido por um gravador colocado num prédio, em pleno Rossio, durante a jornada do 1.º de Maio, quando aquela praça se achava repleta de povo:

- Portugueses! Trabalhadores! Patriotas!
- Façamos deste dia mais uma grande jornada de luta contra o fascismo!
- Avante Trabalhadores!
- Avante contra os salários de fome e a exploração!
- Avante contra a carestia da vida!
- Avante contra as guerras coloniais!
- Avante pelo regresso dos nossos soldados!
- Avante contra o imperialismo!
- Avante contra as bases militares estrangeiras!
- Avante contra o fascismo, contra o terror e a opressão!
- Avante trabalhadores!
- Avante antifascistas!
- Avante pelas liberdades sindicais!
- Avante por eleições livres!
- Avante pela Paz, pelo Pão, pela Liberdade e pela Democracia!

- Portugueses antifascistas! Não toleremos que a Pide continue a torturar e a assassinar os patriotas presos!
- Liberdade para os presos políticos!
- Abaixo a Pide! Abaixo o fascismo!
- Amnistia! Amnistia! Amnistia!
- Fraças da GNR e da PSP! Não prendais os manifestantes! Vós sois filhos do povo! Vós sois também vítimas do fascismo!
- Portugueses! Patriotas! Antifascistas!
- Que esta manifestação seja uma grande contribuição para o levantamento nacional!
- Viva Portugal!
- Ouviu-se em seguida o hino nacional.

Colonialismo e Anticolonialismo

MOÇAMBIQUE

AMIZADE BOER

Confirma-se a presença de sul-africanos entre as tropas coloniais que lutam em Moçambique contra as forças de libertação. De uma patrulha colonialista que se aniquilou numa emboscada armada por elementos nacionalistas verificou-se que alguns dos soldados mortos possuíam cartões de identidade sul-africanos. De acordo com o testemunho dos combatentes do FRELIMO, os elementos sul-africanos seguem geralmente na vanguarda das forças colonialistas, desempenhando em especial missões de reconhecimento e distinguindo-se durante os combates pelo ardis e ferocidade com que levam a cabo as ações de repressão e a captura dos prisioneiros. Esta ajuda prestada por Verwoerd ao seu parceiro Salazar não representa só um dever de aliado. É uma oportunidade que o governo racista da África do Sul aproveita para experimentar, na prática, a eficiência do treino que vêm recebendo de há muito os seus súbditos com vistas a uma futura guerra contra o povo negro desse país, quando o mesmo resolver pegar em armas para liquidar a opressão racial a que está submetido.

COMBATES

No ataque de nacionalistas a um contingente estacionado da missão de Mangochi morreram 7 soldados portugueses e 5 ficaram feridos. Numa emboscada na região de Quinhe, perto de Mocimboa da Praia, morreram mais 16 soldados portugueses. Os nacionalistas tiveram 3 feridos. No tiroteio que se seguiu a uma emboscada contra um destacamento colonialista, foi morto o comandante desta força. A 15 km. de Mueda foi abatido um avião militar. Num ataque realizado pelos combatentes nacionalistas a um comboio militar, no qual foram utilizadas minas, metralhadoras e granadas de mão, foram destruídos 3 caminhões carregados de tropas, tendo morrido 39 soldados. Este ataque ocorreu próximo a Diaca. Numa emboscada perto do posto administrativo de Cobuá, província da Niassa, morreram 15 soldados portugueses. Perto de Mocimboa da Praia, na região de Quinhe, foi abatido outro avião da Força Aérea colonialista. Mais de 100 soldados mortos, uma ponte e diversas viaturas destruídas, um avião abatido e diversas armas apreendidas, constituíram, segundo os comunicados divulgados pelo FRELIMO, as perdas do exército colonialista português somente no mês de abril.

DIVERSAS

O jornal "Diário de Moçambique", que já fora suspenso alguns meses atrás por publicar uma informação errada sobre as hostilidades no norte da colónia, sofreu nova suspensão, desta vez por publicar uma homilia do Bispo da Beira sem a submeter à censura. A PIDE passou a "trabalhar" ostensivamente em todas as estações de correios, violando e apreendendo correspondências sem a fiscalização com que o fazia antes. Numerosos intelectuais e artistas da cor foram presos em Lourenço Marques sob acusação de "azerem parte da FRELIMO, havendo indícios de que alguns deles foram submetidos a torturas durante os interrogatórios realizados pela PIDE.

GUINE'

DESERÇÕES

Desertaram do exército colonialista os primeiros cabos José Fernando Amorim, Rui Jorge Pires e António Manuel Marques Barracosa. Estes 3 militares abandonaram o quartel de Fulacunda e entraram em contacto com membros do PAIGC que os conduziram a uma zona de segurança, controlada pelas forças nacionalistas. Depois de dois meses passados entre as tropas do PAIGC, os nossos compatriotas foram conduzidos a Conakry onde falaram à imprensa para afirmar, entre outras coisas, que com o seu gesto estavam certos de "servir os interesses do povo português e de contribuir para poupar vidas humanas dum sacrifício inútil e para defender a amizade entre o povo português e os povos africanos". "Com a consciência tranquila e certos de termos cumprido o nosso dever de patriotas e de democratas, vamos agora ao encontro de outros portugueses para con-

tinuarmos juntos a luta heroica do nosso povo contra o odioso regime de Salazar, até à sua liquidação total" — declararam a finalizar.

GUERRA

O tráfego no rio Cacheu, através do qual no último ano ainda foi possível escoar, do interior do país para os portos de mar, de onde são exportadas, importantes quantidades de mercadorias, como amendoim, madeiras e outros produtos, achava-se agora bloqueado pelas forças do PAIGC, que dominam as duas margens do rio. Esta situação, resultante do desenvolvimento constante da luta dos patriotas guineenses, agravará as dificuldades económicas com que a administração salazarista se defronta naquela colónia e isola ainda mais as guarnições aquarteladas em alguns pontos no interior de regiões controladas pelas forças nacionalistas.

As instalações do campo militar de Farim foram bombardeadas durante meia hora, de noite, com morteiros de 82 mm, numa operação de represália pelos ataques da aviação colonialista às zonas ocupadas pelas forças nacionalistas. Um destacamento do exército popular atacou a base militar de Encheia, ao norte de Bissau, destruindo grande parte das instalações com

fogo de diversas armas, incluindo bazookas. No ataque morreram 18 soldados portugueses.

Outro grupo especial do exército regular nacionalista, atacou e destruiu perto de Ujeque, na estrada Guidage-Binta, 2 veículos de transporte e um carro blindado, tendo morrido todos os ocupantes. Elementos da guerrilha destruíram por meio de minas, na estrada de Ingoré a Barro um jeep e dois caminhões GMC que transportavam tropas. Os mortos, calculados em número de 50, foram retirados com o auxílio de um helicóptero, que escoltava o comboio juntamente com 2 bombardeiros.

Registraram-se outros ataques a centros militares colonialistas, designadamente Barro e Canquelifa, com pesadas perdas de vidas de soldados portugueses. Enquanto unidades do exército popular realizam esses ataques, os grupos de guerrilhas multiplicam as emboscadas aos destacamentos colonialistas que se aventuram a transitar pelas estradas e pelos rios da colónia. O exército português de ocupação resume a sua ação a um espaço cada vez menor, ao mesmo tempo que se torna cada vez mais pesado o tributo em vidas humanas, pago pelos soldados portugueses, por conta da política criminosa e estúpida do governo de Salazar.

Pequenas Noticias

● O sr. Pinto Barbosa foi demitido do cargo de ministro das Finanças que exercia há vários anos. Para o substituir, Salazar nomeou o sr. Ulisses Cortez, um dos mais docéis e mediocres elementos da sua "menagerie".

● O reitor-policia Paulo Cunha anunciou em Lisboa que será ele o chefe da delegação de professores universitários que se deslocará ao Brasil a fim de participar das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro.

● O Banco Português do Atlântico e o Banco Pinto & Sotto Mayor vão fundir-se. O capital financeiro concentra-se cada vez mais, sob a égide de Salazar.

● O presidente da Academia Brasileira de Letras ao ser condecorado em Lisboa pelo sr. Américo Tomás surpreendeu o mundo oficial fascista com uma declaração tida como deselegante. Austreségilo de Athayde declarou: "A fim de que haja um intercâmbio efetivo de ideias e sentimentos entre Portugal e o Brasil, como já houve, é indispensável que livros, jornais e revistas, tudo quanto sai das máquinas de imprimir, tenha livre trânsito lá e aqui".

● O deputado Ruy Amaral, grande amigo de Portugal, usou da palavra na Câmara Federal, a propósito da celebração do "Dia de Portugal" para denunciar o terror policial e cultural a que se entrega o fascismo salazarista.

● A firma inglesa Mason and Barry, Ld, concessionária das Minas de S. Domingos foi autorizada a instalar ali uma fábrica para a construção de fibras de vidro. A entrega do país aos monopólios estrangeiros prossegue aceleradamente.

● Os efetivos totais das Forças Armadas em Portugal ascendem presentemente a 180.000 homens.

● O turismo continua a ser uma das maiores fontes de receita de Salazar. Segundo as estimativas feitas nada menos de 2.000.000 de turistas deverão visitar Portugal durante este ano.

● Em Baleizão, quando o povo teve notícia da morte na Guiné de um

rapaz da aldeia, o jovem Tronção, saiu para a rua responsabilizando o governo, aos gritos de Assassinos! Bandidos! Abaixo a Guerra!

● A organização fascista "Os Centuriões", que aspira a tornar-se uma OAS portuguesa, continua a remeter as suas ameaças de morte a inúmeros democratas. Essa quadrilha de energúmenos lembrou-se agora de nós enviando-nos também uma circular. Nem ao menos têm o senso do ridículo.

● Em São João da Madeira a PIDE assaltou a residência de um democrata, António dos Santos, levando-o preso. Com a emoção, a mulher teve um ataque cardíaco e faleceu. Como nada havia contra ele, o marido, foi libertado horas depois.

● Em Tancos desertaram ultimamente mais 50 soldados.

● No Porto, a media de mandatos de captura de desertores das Forças Armadas continua a aumentar. Nos primeiros vinte dias de março chegaram à polícia 25 mandatos.

● E' cada vez maior o numero de elementos da Polícia do Porto que, descontentes com as suas condições de vida — e a PSP é em Portugal uma corporação privilegiada — abandonam o serviço para emigrar para a França ou para a Alemanha Federal.

● O preço dos cigarros portugueses sofreu novo aumento.

● A decrépita "Mocidade Portuguesa" vai ser "reorganizada".

● O fantoche Tshombé continua nas melhores relações com o governo de Salazar. Em recente entrevista à agência ANI, manifestou-se contra a luta dos patriotas angolanos.

1.º de Maio

(Continuação da pág. 4)

há a fazer quando os revolucionários se definem. Para a vanguarda, temperada em mil batalhas, recomeçar tudo é um hábito; e a certeza da vitória final a mesma. Que pode a fúria cega da repressão contra a revolta que sobe das fábricas, dos campos, das minas, dos quartéis, das universidades, das savanas e das florestas africanas? Que pode, no tempo, o fascismo contra as novas gerações que se incorporam à luta, contra a aliança cimentada em ódio que, após cada derrota, se torna mais sólida, unindo operários, estudantes, soldados, camponeses e intelectuais? A vanguarda permanece firme, animada a certa inquebrantável de que na dialéctica do processo revolucionário a maré voltará a subir e as hostes por ela comandadas serão amanhã mais fortes e numerosas do que antes. Só, ela, recebendo as derrotas como esperança da vitória final, compreende a revolução na sua totalidade; só ela, serena, vê no reflexo, na preparação das forças populares para mais uma arrancada, o patético da Revolução, a sua poesia eterna.

(1) "Portugal Democrático" vem publicando esse importante documento. (2) "Les Temps Modernes", n.º 224

Reforma Universitária

VÍTOR RAMOS

O aumento de frequência nas Universidades de alguns países europeus, provocado pelo crescimento demográfico ou pela melhoria do nível de vida, apresenta problemas que estão provocando brados angustiosos nesses países: em toda a parte se reconhece que é preciso proceder a uma revisão urgente das estruturas universitárias. É curioso observar que reclamações deste tipo começam a escutar-se também em Portugal, embora de forma tímida. Vozes soltas, quer na imprensa domesticada, quer na que se corajosamente se tem recusado a deixar-se amordaçar, vêm repetindo que também no nosso país é necessário reformar o ensino universitário.

Ora, a questão em relação a Portugal, parece-nos mal equacionada desta forma. Na verdade, a Universidade portuguesa encontra-se numa situação sul generis, e como tal tem que ser encarados os seus problemas. As dificuldades com que luta a nossa Universidade não são provenientes, como as das outras nações, apenas de um atraso em relação ao ritmo de evolução da vida moderna, ou de uma apatia reológica deficiente e incapaz de atender ao surto demográfico verificado nos últimos anos. A estas dificuldades, que são superáveis, e que cada país está a procurar resolver conforme as peculiaridades da sua organização, acrescentam-se, entre nós, outras bem mais graves e de carácter muito diferente.

Estas razões especiais do caso português levaram os nossos estudantes a considerar indissociável, na sua decidida e inapelável condenação da estrutura universitária portuguesa, o fator didático do fator político. E, na realidade, entre nós, quer Salazar queira, quer não, os dois aspectos têm que andar intimamente ligados. Não há possibilidade de rejeitar apenas uma parte do aparelho universitário português: é a estrutura em bloco que os jovens condenam, e que tem, na verdade, que ser condenada. E esta estrutura traz em si, de forma iniludível, a marca do regime salazarista. Parecem-nos, pois, de antemão condenadas ao malogro todas as tentativas de reforma dentro do atual sistema.

Assim, por exemplo, reconhece-se hoje publicamente em Portugal que o nosso ensino apresenta a mais baixa taxa de aproveitamento da Europa: cerca de 50% em Medicina, 40% em Direito e Ciências, perto de 35% em Letras, 33% em Economia. Será possível, pergunta-se, com uma reforma orgânica, melhorar estas taxas, que refletem o descalabro de todo o sistema? Em princípio pode parecer que sim: a elaboração de programas mais modernos e flexíveis, a preparação de professores mais aptos, a utilização dos melhores elementos a serviço da Universidade, a concessão à Universidade de verbas para melhor remuneração do pessoal docente para pesquisa, para instalação dos institutos universitários de forma condigna, a alteração do sistema de recrutamento dos alunos, tornando-o mais largo e mais democrático, aí estão algumas medidas que certamente melhorariam o baixo nível do aproveitamento universitário português.

Repare-se, entretanto, que a simples enumeração dessas medidas mostra o divórcio irreconciliável entre os interesses da Universidade e os do governo português. Programas mais modernos e flexíveis? Como elaborá-los, dentro do esquema de pensamento medieval que o Presidente do Conselho imprime à nação? Preparação de professores mais aptos, colocação dos melhores elementos a serviço da Universidade? O professor Dr. Barradas de Carvalho acaba de mostrar, numa série de artigos publicados por este jornal que a política de Salazar tem sido exatamente o contrário: afastamento compulsório de dezenas dos mais aptos, lançados para o exílio ou para outras profissões, trituração intelectual dos poucos que restaram, colocados numa situação de amargura e de desinteresse. Concessão de maiores verbas à Universidade? Como fazê-lo, dentro do orçamento de um Estado onde o Ministério de Educação Nacional faz figura de parente pobre em relação ao Ministério da Guerra, um orçamento em que os créditos concedidos à Polícia são maiores do que os atribuídos à Instrução? Alteração do sistema de recrutamento dos alunos, tornando-o

mais largo e mais democrático? Mas justamente esse adjetivo democrático é a bête noire do regime português: esta seria a última medida que o salazarismo tomaria, pois sabe que, se a tomasse, estaria perdido.

Não é possível, portanto, qualquer reforma orgânica dentro da atual estrutura política nacional. O problema universitário está a ser enfrentado no mundo moderno de duas formas diferentes, com maior ou menos êxito: dentro de um esquema liberal, pela existência de Universidades de vários tipos, no mesmo país, que esperam os defensores desta solução, pela emulação e concorrência acabarem por estender aos problemas colocados; dentro de um sistema de centralização estatal, com aplicação de uma planificação desses problemas, que passam assim da nação para a Universidade, através do governo. Portugal, onde a organização tradicional permitiria trabalhar dentro do segundo sistema, acha-se condenado a um terceiro caminho: o do imobilismo. E todas as tentativas de reforma dentro da atual estrutura governamental terão o mesmo êxito de um sinapismo sobre uma perna de pau. Como pensar em sair da estagnação no campo do ensino com um Ministro da Educação Nacional que considera tarefa do seu Ministério o fechamento de organizações culturais como a Sociedade Portuguesa de Escritores? A Universidade Portuguesa só poderá assumir o papel que lhe incumbe na nossa sociedade, só poderá corresponder àquilo que a Nação tem o direito de esperar, quando a estrutura estatal for modificada; não há forma de remodelar o sistema universitário sem alterar o complexo governamental que o condiciona.

(Continua)

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL
 Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 87.
LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141.
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.
PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
HOLANDA:
ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 15 — Amsterdam - C.
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
 A. dos Santos
 7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo.
CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovná Urada — Praha.
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris — 6.º eme.
REDAÇÃO
 Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.
EXPEDIENTE
 Dias úteis: das 19 às 22 horas
 sábados: das 15 às 19 horas.
 Número avulso: Cr\$ 50
 Assinatura anual Cr\$ 1.500
 Ano X - N.º 96 - Julho - 65
 Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Opinião Mundial Exige Inquerito Sobre o Assassinio do General Delgado

As esperanças do governo fascista de Lisboa de que a indignação causada pelo assassinio do general Humberto Delgado e da sua secretária se extinguiria rapidamente frustraram-se. O cinismo e a hipocrisia com que as autoridades de Lisboa e Madrid se conduziram desde o início dos acontecimentos contribuíram, aliás, para aumentar a revolta provocada pelo repugnante crime político. Os protestos isolados transformaram-se já num clamor mundial cujos ecos principiam a amedrontar os dois ditadores fascistas.

Quanto às "investigações" conduzidas pela polícia espanhola, as coisas têm corrido como era de esperar: nenhum elemento novo foi trazido ao conhecimento do público. Entretanto, em Vilanueva del Fresno, ao ser exumado o corpo de Arajar Campos para ser entregue à família, os médicos chegaram à conclusão, num último exame, de que aquela senhora fora "provavelmente estrangulada". Quaisquer que sejam as reservas que essa opinião mereça, ela veio confirmar a razão que assistia aos democratas portugueses e espanhóis que desde a primeira hora exigiram a realização da autópsia dos corpos sob fiscalização de uma equipa de cientistas indicada pela Comissão dos Direitos do Homem.

Como era de prever, a circunstância de as autoridades de Madrid haverem posto os corpos à disposição das famílias não alterou em nada as perspectivas existentes em relação ao caso do corpo do general, pois Salazar opõe-se à realização do sepultamento em Portugal do ex-candidato à Presidência da República.

O "HUMOR" DE FRANCO NOGUEIRA

Durante a sua estada no Brasil, o sr. Franco Nogueira, no intervalo dos banquetes e recepções em que andou mergulhado, encontrou tempo e boa disposição para fazer à imprensa breves declarações sobre o "caso Delgado". Publicamos, a seguir, sem comentários a pequena obra prima de cinismo que constitui o texto da resposta oferecida pelo prolixo ministro a uma pergunta que a respeito do assunto lhe fizeram em São Paulo, na conferência de imprensa do dia 12 de Junho.

Não temos elementos directos ou indirectos, situações, condições, motivos ou razões que levaram ao assassinio de Delgado. Qualquer autoridade portuguesa, do Minho ao Porto, está alheia e ignorante da condição que pudesse ter provocado o assassinio do antigo general Delgado. O problema está afecto à jurisdição das competentes autoridades espanholas a quem damos um voto de confiança, e em cujo território foi encontrado o corpo. São elas as únicas competentes no assunto.

CAMPANHA MUNDIAL

Recebeu já milhares de assinaturas em dezenas de países a Declaração-Apelo que abaixo transcrevemos:

"O general Humberto Delgado, homem político anti-fascista foi assassinado. Estamos perante um crime cruel e repugnante que é preciso esclarecer e cujos autores devem ser punidos.

As mais graves acusações recaem sobre as autoridades portuguesas e espanholas. Entretanto, as autoridades portuguesas recusam-se a abrir o processo do assassinio do General Humberto Delgado e o inquerito conduzido pelas autoridades espanholas arrasta-se, sem resultados, no silêncio.

Nós, anti-fascistas do mundo inteiro, condenamos severamente os métodos de acção política que ofendem o respeito devido à pessoa humana, à sua integridade e dignidade.

Preconizamos a imediata abertura de um inquerito internacional objectivo e livre que leve à identificação dos criminosos e ao seu julgamento público na presença de observadores internacionais".

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS JURISTAS DEMOCRATAS

A Associação Internacional dos Juristas Democratas tornou publi-

co em Bruxelas, no dia 29 de Abril, o seguinte comunicado:

"A confirmação do assassinato do General Delgado e da Sra. Campos, com a descoberta dos seus corpos próximo da fronteira portuguesa, levantou uma viva indignação no mundo.

As circunstâncias em que estes crimes foram cometidos demonstram tragicamente os métodos empregados pelas polícias dos governos fascistas espanhol e português.

A Associação Internacional dos Juristas Democratas tem denunciado em muitas ocasiões e ainda muito recentemente as acções da polícia política portuguesa (PIDE) que frequentemente utiliza os sequestros, as torturas e não recua diante do assassinato político, como foi o caso do escultor José Dias Coelho, assassinado numa rua de Lisboa, e ainda há alguns meses, o do estudante Saldanha Sanches, alvejado a tiros de metralhadora em plena noite e gravemente ferido.

A Associação Internacional dos Juristas Democratas protesta contra tais factos; apela para que os juristas exprimam a sua reprobção às autoridades portuguesas e espanholas, pedindo a punição dos culpados e a condenação dos métodos da PIDE que constituem uma provocação aos direitos mais elementares da pessoa humana."

TELEGRAMA DA JRP

A propósito do assassinio do general Humberto Delgado, a Junta Revolucionária Portuguesa enviou o telegrama que abaixo transcrevemos ao presidente de Gaulle, ao presidente Saragat, ao primeiro ministro Harold Wilson e a vários estadistas e parlamentares ingleses, franceses e italianos:

"Manifestando a nossa mais profunda indignação e revolta contra o crime odioso fascista assassinio Espanha General Humberto Delgado pedimos intervenção vossa Governo junto Governo Espanha entrega corpo à sua família após exames necessários e para obter autorização transferência Portugal corpo General STOP Dirizimos Governo forças políticas seu país apoio urgente para que opinião pública mundial imponha identificação assassinos STOP Saudações respetosas"

A SOLIDARIEDADE DE PIETRO NENNI

A junta Revolucionária Portuguesa recebeu o seguinte telegrama do vice-presidente do Conselho Italiano, Pietro Nenni:

"Solidarizo-me com todos os que em Portugal, Espanha e no Mundo reclamam identificação e castigo responsáveis assassinio valeroso General Delgado STOP como outrora no caso do assassinio do nosso Matteotti estamos evidentemente diante de um crime político que deve revoltar a consciência democrática do mundo inteiro."

APELO

Transcrevemos, a seguir, um texto distribuído pela FPLN e que se destina a ser assinado pelos exilados portugueses espalhados pelo mundo:

Nós democratas portugueses que o fascismo impede de viver livremente em Portugal denunciámos o governo Salazar como o autor do assassinio do General Humberto Delgado.

Quaisquer que tenham sido os executantes fascistas deste bárbaro crime e a cumplicidade prestada ao mesmo pelas autoridades franquistas, a responsabilidade da morte do General Humberto Delgado cabe directamente ao governo fascista de Salazar, que sempre se mostrou capaz de levar até ao assassinio a perseguição e a violência contra os democratas portugueses.

O governo fascista e colonialista de Salazar engana-se se pensa poder ocultar, perante a opinião pública portuguesa e mundial, a sua acção criminosa. Este crime não poderá ficar impune nem, menos ainda, poderão perdurar quaisquer dúvidas sobre as circunstâncias em que foi praticado.

É preciso que os democratas do mundo inteiro exijam o pronto e completo esclarecimento deste caso tenebroso. É preciso que aos crimes do fascismo salazarista se

oponha uma potente campanha mundial pelo respeito da vida e liberdade dos democratas portugueses.

Nós, por vezes separados por diferenças ideológicas e políticas, lançamos, unidos um apelo veemente à opinião democrática internacional, no sentido da inapelável e intransigente condenação dos assassinos fascistas do General Humberto Delgado."

INICIATIVA DE DEMOCRATAS DO PORTO

No Porto, um grupo de democratas entregou no dia 11 de Maio, ao consul da Espanha naquela cidade o seguinte documento:

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR: O coração dos democratas portugueses foi duramente tocado com a terrível notícia da eliminação do GENERAL HUMBERTO DELGADO e seus companheiros em território espanhol.

A forma sangrenta da sua liquidação sumária, pôs em sobresalto toda a consciência democrática de Portugal; e da descrição sucessiva dos lances angustiantes que, dia a dia, a imprensa mundial vem focando, fica a amargurada certeza de que a figura já lendária do varonil GENERAL HUMBERTO DELGADO, foi abatida pelas mãos de perversos inimigos. Temos de recordar, agora e sempre, que ele foi em 1958 candidato da OPOSICÃO à Presidência da República, e que soube comportar-se, na conjuntura, de maneira a merecer os aplausos entusiásticos do povo democrático português. Representou, com dignidade e inusitada coragem, o seu papel de candidato da democracia e obteve, pelos números oficiais, um quarto dos sufrágios do eleitorado.

Os democratas que subscrevem este documento, e que estão seguros de traduzir os sentimentos de todos os seus correligionários, pedem a Vossa Excelência que seja deles intérprete, junto do Governo Espanhol, no sentido de ser levado a cabo, sem condicionalismo ou limitações, uma investigação completa do morticínio hediondo, que além de afrontar todas as regras de humanidade, está clamando por uma justiça tão implacável como implacável foi o ódio que armou os assassinos.

ULTIMA HORA

Tomás Será «Reeleito»

LISBOA (Do Correspondente) — Embora não tenha ainda sido divulgado qualquer comunicado oficial a esse respeito, sabe-se já que Américo Tomás será o candidato da União Nacional à sua própria sucessão e quase certamente o único a «disputar» a Presidência da República. Desta vez, não haverá sequer campanha eleitoral, pois Salazar, alarmado com as manifestações populares de 1958, decidiu em devido tempo que enquanto estivesse à frente do Estado fascista não permitiria mais a eleição por sufrágio directo. Por esse motivo fez aprovar uma emenda à sua Constituição de 33, nos termos da qual a escolha do presidente da República cabe a um colégio de 600 membros designados pelos municípios.

O interesse pela farsa que se consumará a 25 de Julho é mínimo. Entretanto, a notícia de que o «candidato» do governo seria o almirante Tomás foi recebida pelos meios políticos como uma prova mais de que o regime desistiu de encontrar uma saída para o problema que o vem atormentando: a sucessão de Salazar. Efectivamente, o velho ditador, ao recorrer a

Queira Vossa Excelência aceitar os cumprimentos de todos os que, na hora de tristeza e luto que estão vivendo, se dirigem a Vossa Excelência, subscrevendo esta dolorosa mensagem.

Porto, 11 de Maio de 1965

aa) — Olívio França (advogado) — Mário Cal Brandão (advogado) — Luís da Silva Lopes Roseira (médico) — António Macedo (advogado) — Eduardo Ralha (advogado) — Carlos Cal Brandão (advogado) — Orlando Juncal (advogado) — Armando Bacelar (advogado) — Luís de Castro Caseiro (advogado), Virgínia Moura (engenheira) — Lobão Vital (arquitecto) Manuel Guedes Pinheiro (médico) Virgínia de Araújo Guedes Pinheiro (médica) — Alfredo Antonio Ribeiro dos Santos (médico) — Maria Emília Leite (médica) — Orlando Fonseca (lic. em Farmácia) — Carlos Costa (médico) — João Alberto Correia Guimarães (médico) — Felsbino Madeira (médico) — Armando Cotta (médico) — Manuel Castro Monteiro (médico) — Bernardino Machado Vaz (advogado) — A. Silva Júnior (médico) — João Maria Carlos Moreira da Silva (professor) — Manuel Gomes de Almeida (médico, cirurgião) — Alexandre Ferreira Barros (proprietário) — Manuel Coelho dos Santos (advogado).

MANIFESTAM-SE ANTIGOS COLABORADORES DO GENERAL

Um grupo de democratas portugueses enviou à viuva do general Humberto Delgado o seguinte telegrama:

"Os signatários, democratas e colaboradores da candidatura à PRESIDENCIA DA REPUBLICA do GRANDE PORTUGUES QUE FOI O GENERAL HUMBERTO DELGADO, indignados com a notícia do seu covarde assassinato e com a torpe insinuação, atribuindo-o a círculos da oposição ao regime, contra o qual lutou pela restauração das liberdades fundamentais, manifestam a V. Ex.ª e a toda a família enlutada a expressão mais sincera do seu profundíssimo pesar e fazem votos para que os seus infames assassinos sejam rapidamente punidos com a merecida severidade".

Assinaram este telegrama 180 democratas e entre eles: Antonio Macedo, Cal Brandão, Armando Bacelar, Virgínia Moura, Coelho dos Santos, Lobão Vital, Armando Cotta, Castro Monteiro, Silva Junior, Joaquim Felgueiras, Guedes Pinheiro, João Xavier, Carlos Porto, Nuno Teixeira Neves, Luisa da Costa, Marta Cristina de Araújo, Luis Caseiro.

NA VENEZUELA

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela dedicou boa parte do seu boletim da 1.ª quinzena de Maio ao assassinio do general Delgado. Reproduzimos abaixo um pequeno trecho do editorial em que aquele organismo democrático fixa a sua posição em face da situação criada pelo crime:

"Nesta hora terrível, o povo português necessita mais que nunca da solidariedade de todos os democratas e da sua mais decisiva ajuda, pois é enormemente doloroso e perigoso para a continuidade da luta, que se atribua a certos setores da mesma oposição responsabilidades na trágica separação do General Delgado, tanto mais que essas declarações fazem o favor aos governos de Espanha e Portugal que querem sacudir a água do capote, ao mesmo tempo que se somam ao coro deles porque o próprio Diário da Manhã, órgão oficial do governo de Salazar, atira as culpas para, esses mesmos setores da oposição. Os culpados do crime são Salazar e Franco. Para aí devem ir as nossas energias, os nossos protestos; todo o contrário que se fizer só servirá para debilitar a posição dos democratas portugueses e ajudar o prolongamento do regime salazarista no poder. Basta de questinçulas entre a oposição; 39 anos de ditadura devem ensinarnos que a maneira mais rápida de ganhar a democracia para o nosso país é através do caminho da unidade franca e sem exclusões.

O inimigo comum de todos os democratas portugueses é o salazarismo! De uma vez por todas, devemos chegar à conclusão que o momento não é de disputas internas senão de luta comum contra a tirania. O resto é fazer o jogo do governo de Salazar."

Uma nota ridícula neste «affaire» foi dada pela atitude do governo suspendendo o jornal «Diário do Norte» por haver noticiado — sem ter submetido a informação à censura — que Américo Tomás aceitara a indicação do seu nome para «concorrer a novo mandato presidencial». Salienta-se que a notícia era conhecida em todo o País há vários dias e que a imprensa estrangeira já havia divulgado.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes